



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO - PPGInfo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OBRAS RARAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS:  
PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA  
A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA  
CATARINA**

**JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER**

**FLORIANÓPOLIS, 2018**

**JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER**

**OBRAS RARAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE  
RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação  
do Mestrado Profissional em Gestão da Informação  
da Universidade do Estado de Santa Catarina como  
requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Morelli Matos

**FLORIANÓPOLIS  
2018**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S413

Schweitzer, Janaina dos Santos

Obras raras em bibliotecas públicas: proposta de critérios de raridade para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina / Janaina dos Santos Schweitzer. - Florianópolis, 2018.

106 p.

Orientador: José Claudio Morelli Matos  
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2018.

1. Obras raras. 2. Critérios de raridade bibliográfica. 3. Bibliotecas públicas . I. Matos, José Claudio Morelli. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação. III. Título.

CDD 090

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Janaina dos Santos Schweitzer – CRB-14/818

**JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER**

**OBRAS RARAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidades de Informação.

**Banca Examinadora**

Orientador:

---

Dr. José Claudio Morelli Matos  
UDESC

**Membros:**

---

Ms. Alzemi Machado  
FCC

---

Profa. Dra. Tânia Regina R. Unglaub  
UDESC

**Florianópolis, 27 de julho de 2018**

## **Ata da defesa**

*Aos meus pais, Aimarte e Ivete,  
Ao meu marido Edino e ao nosso filho, Victor, com  
muito amor.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu forças para concluir esta dissertação e com sua bondade infinita me carregou no colo nos momentos mais difíceis.

A Nossa Senhora Desatadora dos Nós, mãe santa, mãe amada e querida, minha intercessora, meu amparo, àquela que nunca me deixou só. Sua presença foi constante nessa jornada e eu pude sentir o quanto ela me ama e me escuta.

Aos meus pais, Aimarte e Ivete, pelo sim à minha vida, por todo o amor, por tudo que sou, por cada oração, por terem me proporcionado educação e amor pelos estudos.

Ao meu marido, Edino, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Obrigada por todos os jantares, almoços e lanches que você preparou enquanto eu estudava. Obrigada por todas as vezes que você disse: “deixa que eu faço, pode estudar!” Você foi essencial nesta conquista. Te Amo!

Ao meu filho Victor, presente de Deus em minha vida, obrigada pela alegria que me proporciona, pelos abraços carinhosos e apertados.

A uma pessoa muito especial: tia, comadre, amiga, e agora minha intercessora junto a Deus, Dilce (*in memoriam*), por todo o incentivo, por todas as conversas, por se importar comigo mesmo estando hospitalizada, tenho certeza que você está orgulhosa.

Ao meu orientador, professor José Claudio Morelli Matos, por ter me acolhido como orientanda, por ter acreditado na minha pesquisa e pela confiança em mim depositada. Muito obrigada!

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Gisela Eggert Steindel, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, Tânia Regina da Rocha Unglaub e Alzemi Machado, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação, muito obrigada pelas valiosas contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado durante essa fase acadêmica.

Agradeço ao Holdrin Milet Boldrão, secretário do Programa pelo profissionalismo e solicitude, sempre disposto a ajudar.

Obrigada a todos os colegas da turma 2016. Foi muito bom compartilhar deste momento com vocês, a caminhada se tornou mais leve. Sentirei saudade dos almoços no Boteco Bacana. Desejo a cada um, muito sucesso.

Agradeço à Fundação Catarinense de Cultura (FCC) pela oportunidade de realizar o mestrado profissional. À direção e aos colegas da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC): especialmente o Evandro Jair Duarte que foi o primeiro incentivador dessa pesquisa, aquele que leu as primeiras linhas quando essa dissertação ainda era um pré-projeto, gratidão por sua amizade e generosidade. À Helen Moro de Luca pelas confidências trocadas e pela luta compartilhada nesta jornada.

Gratidão aos amigos e familiares que torceram, rezaram ou mandaram energia positiva neste momento.

E, por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha vida desde o início do Mestrado, que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal e pelo apoio em todos os momentos!

**Muito obrigada!**



## RESUMO

Este estudo trata das obras raras em bibliotecas públicas. O objetivo geral desta pesquisa é propor critérios de raridade bibliográfica para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina, salvaguardada pela Biblioteca Pública de Santa Catarina. O estudo parte da consideração do papel social da biblioteca e, especialmente, das bibliotecas públicas e sua função específica de preservação da memória social e cultural da comunidade que atende. Apresenta a biblioteca como lugar de memória. Discute a carência no Brasil de critérios claros de raridade com que as bibliotecas públicas possam contar. Examina o Plano Nacional de Obras Raras e as teorias disponíveis no Brasil, especialmente a obra de Pinheiro (1989). Estuda a importância do desenvolvimento de coleções e da formação das coleções de obras raras. Com o objetivo de conhecer os critérios de raridade bibliográfica utilizados pelas Bibliotecas Públicas Estaduais brasileiras, foi enviado, via correio eletrônico, um questionário com perguntas abertas e fechadas. O estudo revelou que as bibliotecas se baseiam nos critérios da Fundação Biblioteca Nacional e em outras instituições para elaborar seus próprios critérios. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com características de pesquisa aplicada, dado seu interesse prático. Este estudo visou à elaboração de um documento para contribuir com a identificação das Obras Raras de Santa Catarina, que poderá orientar profissionais da BPSC na qualificação, avaliação e guarda dos livros componentes da Coleção ORSC.

Palavras-Chave: Obras raras. Critérios de raridade bibliográfica. Bibliotecas públicas.

## **ABSTRACT**

This study focus on rare works in public libraries. The general objective of this research is to propose criteria of bibliographic rarity for the Collection "Rare Works of Santa Catarina", preserved by the Public Library of Santa Catarina. The study starts from the consideration of the social role of the library and especially of the public libraries and their specific function of preserving the social and cultural memory of the community they serve. It presents the libraries as places of remembrance. The lack of clear criteria of rarity with which public libraries can reckon on in Brazil is addressed. The study analyzes the National Plan of rare works and the theories available in Brazil, especially the work of Pinheiro (1989). It examines the importance of the development of collections and the formation of rare works collections. A questionnaire with open and closed questions was sent via e-mail in order to know the bibliographic rarity criteria used by the Brazilian State Public Libraries. The study showed that libraries rely on the criteria of the National Library Foundation and of other institutions to develop their own criteria. The method used was a bibliographic research with applied research aspects due to its practical relevance. The present study aimed at the elaboration of a document to contribute to the identification of the Rare Works of Santa Catarina, which could guide BPSC professionals in the qualification, evaluation and custody of the books component of the ORSC Collection.

Keywords: Rare books; Criteria of bibliographic rarity; Public libraries.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bibliotecas e ano de fundação .....	27
Quadro 2 - Distribuição do acervo da Coleção Obras Raras .....	54
Quadro 3 - Divisão por séculos da Coleção Obras Raras Gerais .....	54
Quadro 4 - Desenho da pesquisa.....	63
Quadro 5 - Bibliotecas Públicas Estaduais.....	65
Quadro 6 - Lista de Critérios para identificação das obras raras.....	73
Quadro 7 - Elaboração dos critérios.....	73
Quadro 8 - Coleção destinada à preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica do Estado .....	74
Quadro 9 - Elaboração dos critérios regionais .....	75
Quadro 10 - Tipo de Documentação referente aos critérios de raridade.....	76
Quadro 11 - Critérios propostos e referidos autores .....	78

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atual sede da BPSC, no centro de Florianópolis .....	51
Figura 2 - O Relator Catharinense .....	57
Figura 3 - Jornal O Moleque.....	57
Figura 4 - O Catharinense .....	58
Figura 5 - Assembléa das Aves: poemeto em quatro cantos .....	59
Figura 6 - Memória política sobre a capitania de Santa Catharina.....	60
Figura 7 - Coleção Obras Raras de Santa Catarina.....	61
Figura 8 - Dedicatória do autor .....	80
Figura 9 - <i>Ex-libris</i> .....	81

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de respondentes .....	71
Gráfico 2 - Critérios para identificação das obras raras .....	72
Gráfico 3 - Documentação oficial referente aos critérios de raridade .....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS

AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BPE	Biblioteca Pública Estadual
BPSC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CEPSH	Comitê de Ética Envolvendo Pesquisas em Seres Humanos
CIC	Centro Integrado de Cultura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions /</i> Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
LACRE	Laboratório de Conservação e Restauração
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
ORSC	Obras Raras de Santa Catarina
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
PPGINFO	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação
SABIO	Sistema de Automação de Bibliotecas
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Libraryn</i>
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA .....	18
1.3 OBJETIVO GERAL .....	18
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	18
1.5 JUSTIFICATIVA .....	19
<b>2 BIBLIOTECA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES</b> .....	<b>20</b>
2.1 A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE MEMÓRIA .....	23
2.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES .....	26
<b>2.2.1 Formação e desenvolvimento de coleções</b> .....	<b>29</b>
<b>3 OBRAS RARAS</b> .....	<b>33</b>
3.1 LIVRO RARO, CONSIDERAÇÕES E CONCEITUAÇÃO.....	34
3.3 POLÍTICA DO LIVRO RARO NO BRASIL.....	40
3.3 AS COLEÇÕES DE OBRAS RARAS.....	42
<b>4 BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, UM POUCO DA HISTÓRIA</b> ....	<b>44</b>
4.1 O SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA .....	52
4.2 COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA .....	55
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>63</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	63
5.2 UNIVERSO DA PESQUISA .....	65
5.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS .....	67
5.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	69
<b>6 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>71</b>
<b>7 PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA</b> .....	<b>78</b>
7.1 PROCEDIMENTOS DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA.....	81
<b>7.1.1 Identificação dos exemplares que atendem aos critérios de raridade</b> .....	<b>82</b>

<b>7.1.2 Revisão e decisão de transferir ou não os exemplares .....</b>	<b>82</b>
<b>7.1.3 Catalogação e registro fotográfico dos exemplares .....</b>	<b>82</b>
<b>7.1.4 Transferência física dos exemplares .....</b>	<b>82</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>102</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo, intitulado “Obras raras em bibliotecas públicas: proposta de critérios de raridade para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina”, se enquadra na linha de pesquisa Informação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). As temáticas dessa linha englobam estudos sobre a instituição biblioteca no sentido amplo dos tipos de bibliotecas, a leitura como competência em informação e formação, a preservação da memória e patrimônio cultural em nível nacional, estadual, regional e local.

A pesquisa segue em acordo com a proposta do PPGInfo: propor soluções para problemas concretos de gestão de unidades de informação. O foco temático deste estudo é a Coleção Obras Raras de Santa Catarina (ORSC) que pertence à Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC).

O título dessa pesquisa foi escolhido em virtude, primeiro, da especificidade do estudo quanto a essa biblioteca e a essa coleção, mas o título também deseja expressar certa generalização possível dos resultados obtidos nessa pesquisa para outras bibliotecas públicas estaduais. As modificações para adequação em outros estados seriam baseadas nas regionalidades. Dessa maneira os critérios aqui descritos podem ser personalizados para outras bibliotecas públicas estaduais (BPEs).

Sendo a BPSC uma importante instituição de pesquisa e memória, e visto que, no estado é a instituição responsável pela salvaguarda de acervo referente à Santa Catarina, a instituição deve, com as condições necessárias, fazer a guarda da Coleção ORSC e disponibilizá-la aos usuários. Além disso, como uma das primeiras bibliotecas públicas do Brasil, pode contribuir para o registro da história do país.

Diante da Coleção ORSC, o que mais chama a atenção é a dificuldade de se caracterizar um livro como raro. Tendo em vista a inexistência de critérios adequados, corre-se o risco de descartar uma obra rara, como também de preservar um material irrelevante.

A falta de critérios de raridade bibliográfica para essa coleção, a importância das Obras Raras de Santa Catarina para a instituição e para os pesquisadores, bem como a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre este tipo de coleção são as principais motivações para este estudo.

O interesse na formação de coleções de obras raras se deve à necessidade de preservação de um patrimônio que requer cuidados diferenciados daqueles utilizados nos acervos correntes. As instituições mantenedoras de tais coleções tendem a elaborar critérios de raridade próprios, que qualifiquem seu acervo, observando as particularidades e os interesses específicos de cada instituição.

A pesquisa revelou que definir um livro como raro envolve vários tipos de considerações teóricas, além de algumas controvérsias. O conceito de raridade é um conceito que não é naturalizado, é um conceito atribuído, portanto existe certa artificialidade em torno dessa construção. Então para entender o conceito de livro raro é necessário considerar os aspectos que o tornam o raro. O que é considerado raro ou precioso para uma instituição, pode ser apenas antigo para outra. Os aspectos circunstanciais, históricos, institucionais e políticos envolvidos na sua constituição devem ser levados em consideração ao caracterizar um livro como raro.

Dessa forma, as instituições que possuem acervos de obras raras precisam estabelecer uma política própria que atenda às suas necessidades para a definição das características particulares que os livros de determinadas áreas ou coleções devem possuir para serem considerados raros (PINHEIRO, 1989).

Portanto, a BPSC deve possuir uma política com critérios de raridade para qualificar a Coleção ORSC que assegure o devido tratamento com que será gerida essa coleção.

A BPSC não possuía estudos que contribuíssem para a gestão dessa coleção, o mais próximo que se chegou até o momento foi uma apresentação no I Encontro Nacional do Livro Raro e um relato de experiência de estágio extracurricular em que a estagiária e o bibliotecário sinalizaram a necessidade de se formalizar “[...] critérios delimitados e descritos em um registro oficial da biblioteca” (ESPÍNDOLA; DUARTE, 2014, p. 136). Essa situação revela carência de informação sobre a temática e ausência de diretrizes que orientem as práticas. Portanto, foi proposto como produto desta dissertação uma política de Critérios de Raridade para a Coleção ORSC.

A fim de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação está organizada em oito seções, referências e apêndices. A seção 1 constitui esta introdução contendo o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa; a seção 2 aborda a biblioteca como lugar de memória, bibliotecas públicas e formação e desenvolvimento de coleções. Na seção 3, é abordado o tema obras raras e critérios

de raridade, política do livro raro no Brasil e as coleções de obras raras. A seção 4 apresenta a Biblioteca Pública de Santa Catarina, o Setor de Obras Raras da BPSC e a Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Na seção 5 é descrita a metodologia da pesquisa. A seção 6 é composta pela apresentação, análise e discussão dos dados. A seção 7 é o centro da pesquisa, em que se apresenta a proposta de critérios de raridade para a Coleção ORSC e os procedimentos de implantação dos critérios de raridade. Ao final, na seção 8, são apresentadas as considerações finais e as sugestões para trabalhos futuros.

## 1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

A BPSC possui uma coleção denominada Obras Raras de Santa Catarina. No entanto, não existem critérios específicos para a identificação e qualificação desse acervo como raro, nada que especifique o motivo de possuírem essa denominação. É necessário, portanto, sistematizar uma metodologia a fim de explicitar e justificar os critérios adotados para identificar obras raras dentro desta coleção.

Neste sentido, esta pesquisa quer elucidar a seguinte questão: quais os critérios a ser utilizados para identificar e compor a Coleção Obras Raras de Santa Catarina da BPSC?

## 1.3 OBJETIVO GERAL

Propor critérios de raridade bibliográfica para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina, salvaguardada pela Biblioteca Pública de Santa Catarina.

## 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar na literatura conceitos e características de obra rara e critérios de raridade bibliográfica;
- b) Pesquisar os critérios de raridade bibliográfica utilizados por bibliotecas públicas estaduais que possuem coleções de obras raras;
- c) Formular critérios, atendendo a realidade da instituição, para contribuir com a identificação das Obras Raras de Santa Catarina, existentes no acervo da BPSC e/ou das obras que poderão ser adquiridas futuramente.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo estudo das Obras Raras surgiu pela prática profissional da pesquisadora com as atividades de catalogação.

No ano de 2015 o Setor de Santa Catarina da BPSC, passou por uma reorganização física em que foram observados diversos livros que não estavam inseridos na base de dados da biblioteca. Ao catalogar alguns desses livros, por vezes surgiram dúvidas quanto à sua raridade, justamente porque não existem critérios qualificadores definidos para a Coleção ORSC.

Acredita-se que as obras dessa coleção tenham relevante valor histórico, principalmente pela grande procura por parte de pesquisadores das mais diversas áreas. Porém, não se pode afirmar seu verdadeiro valor até que elas sejam julgadas raras por um critério seguro.

Percebe-se, portanto, a necessidade do estabelecimento de critérios de raridade para a Coleção ORSC para evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de livros e para oferecer subsídios aos profissionais responsáveis pelas decisões, auxiliando nos momentos em que o bibliotecário deve decidir entre caracterizar um exemplar como raro ou não. Assim sendo, este estudo se justifica pela possibilidade de oferecer aos bibliotecários gestores de coleções de obras raras um instrumento técnico normalizador que apoie a tomada de decisão, com relação a formação e desenvolvimento das coleções de obras raras, nesse caso específico a Coleção ORSC.

No que concerne ao conhecimento científico a pesquisa irá contribuir com reflexões teóricas acerca do livro raro e critérios de raridade bibliográfica, uma vez que a bibliografia específica relativa ao tema abordado é escassa.

A relevância social deste estudo se estabelece porque, partindo do conhecimento daquilo que é raro é possível tomar providências necessárias à salvaguarda e a coleção será devidamente qualificada e valorada. Com isso o bibliotecário atuante na biblioteca pública será capaz de realizar a análise adequada da coleção e conseqüentemente beneficiar os usuários reais (que utilizam a biblioteca) e potenciais (que podem vir a utilizar), no sentido de conhecer suas necessidades informacionais e estar preparado para atendê-las.

A seguir serão abordados conceitos e definições referentes aos temas envolvidos nesta pesquisa, com o intuito de fundamentá-la teoricamente.

## 2 BIBLIOTECA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A biblioteca tem sua origem na antiguidade e etimologicamente a palavra “biblioteca” é formada por dois vocábulos: *biblio* e *teca*. Segundo Leão (2003), *biblio* era o nome dado pelos gregos ao porto da Fenícia de onde importavam a casca de um arbusto. Antes de significar livro, *biblio* significava a matéria-prima de que se extraía o papiro. De acordo com o autor, a base do radical *biblio* é encontrar os verbos coletar, recolher, colher ou escolher: O segundo vocábulo da palavra “biblioteca” refere-se a estabelecer ou instituir, no sentido de guardar e cuidar. A integração de todos esses sentidos indica que a *biblioteca* é um lugar instaurador de vitalidade, ou seja, um lugar que garante a conservação e a proteção de seu acervo, “[...] e sobretudo, que acione todas as suas potencialidades de criação, mudança e regeneração estrutural (LEÃO, 2003, p. 82-83).

O professor Jean Marie Goulemot em *O amor às bibliotecas* (2011, p. 5), toma como referência o dicionário *Petit Larousse* e atribui três sentidos à biblioteca: primeiro “uma coleção de livros, de manuscritos”, depois, um local onde estão arrumados, e por fim, um “móvel com prateleiras que servem para arrumar livros”.

No entanto, a biblioteca não é um lugar estático ou passivo, é um lugar de socialização e continuidade. Quando um acervo bibliográfico é formado ocorre a organização da informação para um local específico proporcionando, assim, a capacidade de produzir efeitos intelectuais e transmissão de informação e cultura.

Segundo Christian Jacob (2006) a biblioteca é:

Lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento (JACOB, 2006, p. 9).

E acrescenta: “é um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira” (JACOB, 2006, p. 9).

Além destas definições, o fato é que desde a sua emergência é inegável a importância (das bibliotecas) para a salvaguarda da memória intelectual com o propósito de promover seu acesso às futuras gerações a partir dos registros produzidos pela humanidade.

A necessidade humana de registrar reverberou no advento da escrita. A comunicação deixou de ser apenas verbal e, como consequência, adveio o desejo de armazenar e preservar a produção do conhecimento, o que exigiu a construção de espaços apropriados à guarda das coleções conforme descreve Silveira (2010):

As primeiras bibliotecas se formaram em paralelo à invenção da escrita, momento no qual o homem passa a gravar em matéria estável a substância essencial daquilo que era narrado, daquele conteúdo que se conservava e se transmitia oralmente, através das práticas de narração e rememoração (SILVEIRA, 2010, p. 69).

Estas novas bibliotecas, reais, dos mosteiros, das universidades e as bibliotecas particulares, pertenciam a nobres, reis ou grandes senhores e o acesso era limitado a uma elite privilegiada. Somente após o Renascimento, depois da invenção da imprensa, quando o número de alfabetizados crescia constantemente, foi que as bibliotecas se tornaram verdadeiramente públicas, frequentadas pelo público leitor (MELLO, 1979).

De acordo com Santos (2012) é também no Renascimento que surgiu a preocupação com a situação física dos livros, a disposição arquitetônica e a organização interna das bibliotecas. Com isso, surgiu também a figura do bibliotecário como um profissional reconhecido e apto a tratar tecnicamente os materiais existentes na biblioteca (MARTINS, 2001).

Os bibliotecários assumiram a função de organizar as coleções para facilitar o acesso e a circulação da informação. Dessa maneira, as bibliotecas evoluíram e se tornaram local de referência para o estudo e a pesquisa, Burke (2002, p. 176) diz que os bibliotecários “se tornaram ainda mais indispensáveis”, pois, organizar e favorecer o acesso à informação é uma importante função na construção do conhecimento.

Para Jacob (2006), a biblioteca é mais do que um local, uma construção, é também um espaço de colecionismo e arquivamento onde estão implícitos a cultura, o saber e a memória.

Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. É verdade também que a história da cultura e da relação com a memória reside, em grande parte, na subversão dessas regras, desses recortes, desses limites, e na invenção de novas ligações, de novos lugares de saber (JACOB, 2006, p. 10).

Para Jacob (2006) a biblioteca representa um projeto utópico de comportar num mesmo lugar toda a produção intelectual da humanidade e os aspetos tangíveis, como técnicas de ergonomia, organização e conservação de seus diversos suportes.

Para Jacob (2006) uma biblioteca só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores, ele atenta para a metamorfose dos leitores e das leituras, das políticas de domínio e de comunicação da informação. É por meio da organização de uma biblioteca, dos seus sistemas de classificação, dos seus catálogos e coleções que o leitor faz conexões e desenvolve habilidades de memorização e apropriação, levando-os a reelaborar e classificar o saber dado nos livros, implicando a elaboração de novos saberes. Nesta linha de pensamento Moreira (2015, p. 11) diz que, a partir do acervo da biblioteca e da sua organização é que “[...] leitores dos mais diversos tipos traçam, reticular e transdisciplinarmente, os caminhos para novos saberes”.

Bruno Latour (2006) também considera a biblioteca como um espaço de produção do conhecimento, em que diferentes informações, de variados campos do saber e de várias procedências, são apreendidos e transformados em conhecimento. O autor menciona que “[...] os que se interessam pelas bibliotecas falam frequentemente dos textos, dos livros, dos escritos, bem como de sua acumulação, de sua conservação, de sua leitura, de sua exegese” (LATOURE, 2006, p. 21). Na perspectiva de Latour (2006) as bibliotecas são lugares de saber e de memória e ele as relaciona com outros lugares como os laboratórios e as coleções. Para esse autor a biblioteca não é uma fortaleza isolada, mas parte de uma grande rede onde circulam matérias tornando-se signos. Latour (2006, p. 21) descreve que:

[...] a circulação desses intermediários muitas vezes desprezados fabrica não só o corpo, mas também a alma do conhecimento. [...] Ela [a biblioteca] curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente (LATOURE, 2006, p. 21).

A biblioteca é, portanto, um centro ativo, uma rede de transformações de fenômenos e segundo Latour (2006, p. 43) “[...] os laboratórios, as bibliotecas e as coleções estão ligados num mundo que, sem eles, permanece incompreensível, que convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão”, ou seja, laboratórios, bibliotecas e coleções como lugares de produção do conhecimento.

Assim, a biblioteca é vista como uma rede informacional ampla, um espaço diversificado onde os usuários podem dispor de produtos e serviços diferenciados.

É uma organização em constante transformação que trata, organiza, preserva e dissemina a informação. Ela já teve uma função pedagógica, segundo Murguia e Yassuda (2007, p. 73), no século XIX “[...] atrelada às escolas, serviu como auxiliar no aprendizado dos alunos”. No Brasil, ainda hoje, “[...] o apoio à educação é ainda umas das prioridades da ação da biblioteca pública, não somente em relação à educação formal, mas principalmente, no processo de educação continuada” (FBN, 2010, p. 25).

Os estudantes que não dispõem de recursos para ter sua própria biblioteca em casa encontram nas bibliotecas públicas uma alternativa para suprir suas necessidades. É também nestas instituições que boa parte do patrimônio cultural da humanidade é preservado, por isso é designada “lugar de memória”, conforme descrito a seguir.

## 2.1 A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

As bibliotecas desempenham diferentes papéis na sociedade, dentre os quais está o de armazenar de forma organizada os pensamentos registrados pelo homem no passado. Elas existem desde a Antiguidade e o intuito de preservar e a paixão de colecionar têm sido a motivação para sua criação, manutenção e desenvolvimento (McGARRY, 1999).

A essência da biblioteca é a de colecionar material organizado para ser utilizado (McGARRY, 1999). A organização para uso define sua função como recipiente ou depósito para a memória externa da humanidade. Neste sentido, armazenamento implica recuperação e acesso como forma de honrar a responsabilidade social da biblioteca.

Esta instituição é discutida por Castro (2006) como um espaço de memória com o papel predominante de salvaguardar e disseminar a memória individual e coletiva de uma sociedade e o bibliotecário é o profissional responsável por tratar, organizar e divulgar as informações armazenadas. Dessa maneira, as bibliotecas podem ser consideradas lugares de memória porque guardam, de maneira organizada, e disponibilizam documentos em variados tipos de suportes, onde estão registradas informações que representam o passado ou, mais especificamente, a



memória coletiva de determinados grupos de pessoas ou mesmo de um Estado, como no caso das Bibliotecas Estaduais (MURGUIA; YASSUDA, 2007).

Mesmo com todo o avanço tecnológico, as bibliotecas desempenham o papel de guardiãs do conhecimento produzido pela humanidade, “não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial [...], mas, de através dele, possibilitar estudos e investigações sobre tantas experiências passadas, presentes, de alguma forma, em seu acervo” (ANDRADE, 2009, p. 26). Roger Chartier (2002, p. 30) também considera as bibliotecas como lugares de memória e de preservação do patrimônio documental, o autor as define “[...] como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível à herança da cultura escrita”.

De acordo com o historiador Pierre Nora (1993) os “lugares de memória” surgem no momento em que se percebe a impossibilidade da memória de reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Existem lugares de memória que podem ser: material, simbólico ou funcional:

Lugar material como uma biblioteca, um arquivo ou museu, que só são lugares de memória se receberem valor simbólico através da imaginação; um lugar funcional como um livro, testamento ou manual, que somente serão lugares de memória se forem objetos de um ritual; ou, enfim, um lugar simbólico como uma fração do tempo, como um minuto de silêncio, que constitui uma lembrança concentrada (NORA, 1993, p. 21-22).

Neste sentido, Silveira (2007, p. 44) aponta os “lugares de memória” como forma “[...] de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva”. A biblioteca é considerada um local de memória porque abriga nos seus acervos memórias coletivas, que são os livros (AZEVEDO, 2011).

Acerca da memória Pierre Nora (1993, p. 9) afirma que ela é viva, “[...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Nela está contida a cultura de um povo, ou seja, significados, valores e crenças. O filósofo José Ortega Y Gasset (2006, p. 56) diz que:

Antes do livro manuscrito não havia, de fato, outra forma em que se pudesse conservar e acumular o saber pretérito – do passado de si mesmo ou de outrem – a não ser a memória. [...] A memória, porém, é intransferível, é adscrita à pessoa. Eis um dos fundamentos mais vigorosos para a autoridade dos anciãos: eram os que sabiam mais porque tinham maior memória, eram mais ‘livros vivos’ do que os jovens, livros, por assim dizer, com mais páginas. A invenção da escrita, porém, ao criar o livro libertou da memória o saber e acabou com a autoridade dos anciãos. O livro, ao objetivar a memória, materializando-a, torna-a, em princípio, ilimitada e coloca os dizeres dos séculos à disposição de todo o mundo.

A memória é objeto da sociedade, da história, da política e das manifestações culturais. De acordo com Halbwachs (2004), Pollak (1992), Nora (1993) e Le Goff (2005), a memória pode se manifestar de duas maneiras: voluntária, ou seja, depende da vontade do indivíduo de lembrar, age como um arquivo que fornece informações sempre que houver necessidade; e involuntária que é aquela que não depende do esforço consciente do indivíduo de recordar, que está adormecida e que “[...] a um fato qualquer pode fazer emergir a consciência e reencontrar o tempo, bem como recuperar o passado” (SILVEIRA, 2010, p. 74).

Tanto Halbwachs (2004) como Pollak (1992), interpretam a memória como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social, resultado da sociedade em que os homens vivem. Para esses autores, a memória é construída no presente a partir de experiências passadas. Essa memória que ultrapassa a memória individual seria a memória coletiva, concebida por um grupo, povo ou nação estabelecendo a identidade da história do grupo relacionado.

Na concepção de Le Goff (2005) a designação de memória coletiva é atribuída para os povos que precedem a invenção da escrita, ou seja, a sociedade oral, onde todo o conhecimento era transmitido por meio de narrações, rituais e mitos. No entanto, o aparecimento da escrita será um dos fatores fundamentais na transformação da memória coletiva. Surgem os documentos, escritos num suporte especialmente destinado a este fim (de início osso, pele, folhas de palmeira, e, finalmente, papiro, pergaminho e papel), assegurando a passagem da esfera auditiva à esfera visual, não mais cabendo à memória do homem a exclusiva função de preservar as informações.

Mas não basta ser capaz de armazenar a informação fora do cérebro, ela deve ser armazenada de modo organizado para que se possa recuperá-la e reutilizá-la (McGARRY, 1999). Por isso, os lugares de memória, “[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Dentre os estabelecimentos que envolvem a preservação da memória, a biblioteca se sobressai na preservação e disseminação do passado. Ela se configura como guardiã material da memória de um povo, possibilitando recuperá-la quando necessário (CASTRO, 2006).

As bibliotecas, principalmente as públicas, em razão da sua missão social, deixaram de ser simples depósitos de registros para se transformar em estabelecimentos com a principal função de salvaguardar e tornar acessível “[...] a herança cultural deixada pelos seres humanos do passado e do presente por intermédio de sua mais evoluída forma de registro do pensamento: a escrita” (RODRIGUES, 2014, p. 69).

A escrita permitiu a fixação, de forma mais ou menos perene, a depender de seu suporte, de tudo aquilo que antes se confiava à memória individual, ‘endossomática’, isto é, interna no corpo. E, dos diferentes suportes que se utilizaram e se utilizam para a escrita, foi o papel, principalmente quando empregado na forma de códice ou livro, para receber a escrita, que permitiu que se criasse uma memória social duradoura. Uma memória ‘exossomática’, isto é, externa ao corpo do indivíduo. (LEMOS, 2015, p. 287).

Com o surgimento de novas tecnologias audiovisuais, eletrônicas e digitais, os suportes também se ampliaram e as bibliotecas continuam adaptando suas coleções para cumprir sua missão e tornar a informação acessível a toda comunidade. Dessa forma, ela organiza, armazena e cria uma série de instrumentos ligados a disseminação da informação e a preservação do conhecimento gerado e produzidos por várias gerações.

Na próxima subseção são apresentadas as bibliotecas públicas e o processo de formação e desenvolvimento de coleções.

## 2.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

As bibliotecas, em geral, são classificadas de acordo com as funções que desempenham; o tipo de usuário a que se destinam seus serviços; o nível de especialização de seu acervo e pelo seu vínculo institucional. O caráter de acesso aos acervos é priorizado e a especialização dos acervos indica a necessidade de formar coleções de acordo com a demanda existente, uma vez que guardar tudo seria praticamente impossível.

Dessa maneira as bibliotecas podem ser classificadas como: Biblioteca Nacional, Universitária, Pública, Escolar, Especial e Especializada (FBN, 2010).

O conceito de biblioteca pública está baseado na igualdade de acesso para todos, sem distinção de raça, idade, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento (IFLA, 1994). É importante mencionar que as bibliotecas públicas, conforme adverte Martins (2001, p. 325), “[...] não

corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo”, mas uma instituição sem burocracia e aberta a todos os interessados.

De acordo com sua definição, funções e serviços as bibliotecas públicas são responsáveis por suprir as necessidades informacionais da comunidade que atendem: como armazenar e preservar a memória local, fomentar o hábito da leitura, promover a cidadania, auxiliar no letramento informacional, auxiliar no combate ao analfabetismo, à desigualdade social e, principalmente, contra a desigualdade de acesso à informação (MACHADO; SUAIDEN, 2015).

Estas instituições emergiram na Europa, no final do século XIX, como consequência da Revolução industrial e tiveram sua origem nas bibliotecas reais, nacionais e universitárias do século XVII com a necessidade do homem de reunir e conservar os conhecimentos de sua época (FBN, 2010).

No Brasil, as bibliotecas públicas surgiram a partir da instalação da Real Biblioteca com a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro. Junto com a família real portuguesa e sua corte, foram trazidos para o Brasil em 1808 os primeiros lotes de livros para a formação da Real Biblioteca, para substituir a Livraria Real que fora consumida pelo incêndio que sucedeu o terremoto em Lisboa, em 1º de novembro de 1755 (FBN, [2018]).

A Real Biblioteca, hoje chamada Fundação Biblioteca Nacional (FBN), foi criada em 27 de julho de 1810. De início, a biblioteca não era aberta ao público, o que veio a acontecer em 1814 quando, então, estudiosos podiam consultá-la mediante prévia autorização real (FBN, [2018]).

Em seguida as bibliotecas públicas estaduais emergiram gradativamente pelo país. A primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 4 de agosto de 1811, por iniciativa particular de um abastado senhor de engenho: Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, que tinha o objetivo de “[...] promover a instrução do povo” (MORAES, 2006, p. 152).

Posteriormente inúmeras bibliotecas públicas foram criadas, conforme se apresenta no quadro 1:

Quadro 1 - Bibliotecas e ano de fundação

Biblioteca	Ano de fundação
1. Biblioteca Pública do Estado do Maranhão	1831
2. Biblioteca Pública do Estado do Sergipe	1848

3. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	1852
4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	1854
5. Biblioteca Pública do Espírito Santo	1855
6. Biblioteca Pública do Paraná	1857
7. Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	1857
8. Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	1865
9. Biblioteca Pública do Estado do Ceará	1867
10. Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	1870
11. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	1871
12. Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	1873
13. Biblioteca Estadual do Piauí	1883
14. Biblioteca Pública Estadual do Mato Grosso	1912
15. Biblioteca Pública do Amapá	1945
16. Biblioteca Pública do Acre	1948
17. Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	1954
18. Biblioteca Pública Estadual de Goiás	1963
19. Biblioteca Pública de Rondônia	1969

Fonte: Adaptado de Suaiden (1980, p. 7-8).

Estas bibliotecas surgiram com o intuito de “[...] manter, preservar e guardar a memória dos registros do conhecimento, mas com o passar do tempo foram se diversificando em conformidade com o contexto de inserção da comunidade” (MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017, p. 17).

É sabido que a biblioteca pública desempenha inúmeras funções, entre as quais a FBN (2010, p. 22) destaca:

a) Agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento;

b) Instituição de apoio à educação e formação do cidadão em todos os níveis, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social;

c) Centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando os cidadãos com o seu uso;

d) Instituição cultural, através da promoção do acesso à cultura e do fortalecimento da identidade cultural da comunidade local e nacional.

Pode-se afirmar que suas funções são pensadas e planejadas com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus usuários. Dessa maneira, a biblioteca pública se configura como instituição indispensável a sociedade.

De acordo com Cesarino citado por Bernardino e Suaiden (2011, p. 39) as “bibliotecas são instituições muito antigas que sobrevivem há anos, adaptando-se às diversas mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Essa sobrevivência, por si só, já é suficiente para provar que cabe à biblioteca uma função muito importante na sociedade”. Essa função, na perspectiva de Prado (2000) é a de servir a comunidade, oferecendo-lhes informação, cultura e lazer, com o objetivo principal de estimular a educação, o hábito da leitura e a preservação do acervo cultural.

Desta forma, a biblioteca pública configura-se como instituição responsável por guardar e preservar a informação contida em diferentes suportes, “[...] ela reflete em si o presente e guarda em si o passado, a memória local [...]” (MILANESI, 1986, p. 216). Seu acervo contém a memória de uma cidade, estado ou país. Para Milanesi (2002, p. 9), “essa atividade de buscar-o-que-foi-guardado e de guardar-o-que-foi-registrado (e de registrar-o-que-foi-imaginado) é a forma possível para manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento”. E a reunião dos registros em um único lugar para facilitar o acesso é, segundo o autor, o que se pode denominar de coleção.

Devido a diversidade de público a que atende, e a variedade de produtos e serviços oferecidos pela biblioteca pública faz-se necessário planejamento, avaliação e manutenção de suas coleções periodicamente conforme descrito a seguir na subseção ‘formação e desenvolvimento de coleções’.

### 2.3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O crescimento intenso e acelerado da informação após o advento da imprensa e à evolução das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs)

colaboraram para o aumento da produção e circulação de livros. Miranda (2007), diz que:

Com a explosão da informação e a evolução das tecnologias da informação, a produção e circulação do conhecimento aumentaram vertiginosamente, tendo como consequência: a impossibilidade de manter uma coleção completa e auto-suficiente [sic]; a impossibilidade de atender todas as demandas e necessidades informacionais da clientela com recursos próprios, em razão dos orçamentos escassos. No entanto, torna-se essencial a realização de um planejamento eficiente no tocante ao crescimento dos acervos, e assim, entra em ação o processo de desenvolvimento das coleções (MIRANDA, 2007, p. 5).

Dessa maneira, sendo impossível armazenar tudo o que foi escrito e publicado no mundo em bibliotecas, é necessário realizar um planejamento eficiente para o crescimento dos acervos, “[...] de forma a tornar o processo de desenvolvimento das coleções algo essencial” (MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017, p. 18).

O processo de desenvolvimento de coleções torna-se uma estratégia para que o acervo cresça ordenadamente, de forma sistematizada e relacional (MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017). Nesse processo, o bibliotecário irá selecionar o material que fará parte da coleção, atendendo às necessidades informacionais dos usuários.

Na percepção de Vergueiro (1989) desenvolvimento de coleções é, acima de tudo, uma atividade de planejamento que requer um plano detalhado e preestabelecido, um processo cíclico, garantindo a continuidade e correções quando necessário. De forma similar, Miranda (2007) afirma que a atividade de formar e desenvolver coleções envolve um plano preestabelecido e procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo. Maciel e Mendonça (2006, p. 16), complementam que o desenvolvimento de coleções, além de ser uma atividade de planejamento é “[...] o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais oferecerão a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção”. Planejar e desenvolver coleções consiste em organizar e direcionar os processos de aquisição de acervos, incluindo-os em coleções coerentes, administrando seu planejamento e manutenção, realizando descarte quando necessário, de modo a favorecer o custo-benefício para o usuário (BRYANT *apud* OGDEN; GARLICK, 2001).

De acordo com Dias, Silva e Cervantes (2013) a tarefa de desenvolver coleções em bibliotecas públicas constitui em processos de formar e administrar

acervo para atender as necessidades de informação pertinentes ao seu público alvo. Dessa maneira, cabe aos bibliotecários da biblioteca pública gerenciar as coleções de modo a evoluir constantemente em todas as áreas do conhecimento.

Além disso, o processo de formação e desenvolvimento de coleções exige cautela e imparcialidade por parte dos bibliotecários ao executarem as etapas de estudo de comunidade, seleção, aquisição, manutenção, avaliação, descarte e armazenamento (MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017).

Para que o processo tenha êxito é necessário elaborar e adotar parâmetros mediante a criação de critérios que garantam “[...] a qualidade no gerenciamento da tomada de decisão destinada à inserção ou à exclusão definitiva das obras pertencentes ao acervo” (MIRANDA; GALLOTTI; CECATTO, 2017, p. 19), ou seja, elaborar uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, a fim de garantir continuidade ao processo e adequação necessária à formação da coleção (seja em termos de conteúdo ou de formato).

A respeito da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções Miranda (2007, p. 88), citando Lima e Figueiredo define como:

Um conjunto de normas e diretrizes que buscam determinar ações, descrever estratégias gerais, estabelecer instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento de coleções, em sintonia com os objetivos da instituição, dos diferentes tipos de serviços de informação e dos usuários do sistema.

Na concepção dos autores Miranda, Gallotti e Cecatto (2017), a formação e a expansão do acervo da biblioteca devem ser norteadas pela sua política de desenvolvimento de coleções, a qual será materializada em documento e onde serão levados em consideração os seguintes dados essenciais: os objetivos da biblioteca, o estado atual da coleção, as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, orçamento e outros recursos informacionais disponíveis (consórcios entre bibliotecas), dentre outros. No documento deve constar a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, se deve haver uma comissão instituída.

No entendimento de Vergueiro (1989), a política ajudará na determinação de diretrizes para a tomada de decisão dos bibliotecários em relação à escolha do material a serem introduzidos à coleção, como também a administração dos recursos informacionais. A política permitirá uma visão do estado geral do acervo, contribuindo para atingir os objetivos institucionais e fornecer subsídios aos



bibliotecários, para que possam apresentar às autoridades superiores suas solicitações e reivindicações para aquisição de novas publicações, que – em se tratando de biblioteca pública –, requerem apoio manutenção e preservação da memória da comunidade em que a mesma está inserida.

Todo o acervo deverá ser contemplado na política de formação e desenvolvimento de coleção. Bibliotecários responsáveis por coleções raras e especiais precisam considerar o contexto no qual os acervos são formados ao desenvolverem suas práticas de seleção, organização, avaliação e disseminação da informação, incluindo ainda as práticas de preservação (ARAÚJO, 2015).

De acordo com Araújo (2015), a problematização da gestão de coleções permite ampliar a discussão sobre raridade bibliográfica presente nas instituições de informação e de memória. Neste sentido, a próxima seção abordará o tema obras raras, critérios de raridade e política do livro raro no Brasil.

### 3 OBRAS RARAS

O termo “raro” nos remete a algo valioso, precioso e incomum. Caracterizar uma obra como rara não é tarefa fácil, pois não há um conceito definitivo e verdadeiro para todos os lugares e todos os tempos. Dessa forma, exige estudo, conhecimento de critérios e uma avaliação fundamentada. Ainda assim, não há um consenso entre estudiosos do tema em relação ao conceito de obra rara.

No Brasil, o termo “obra rara” é utilizado para designar, além do livro, todas as tipologias de fontes impressas de raridade bibliográfica comprovada (guias, manuais, dicionários, enciclopédias, mapas, periódicos, folhetos, etc.) (SANTOS, 2015). Segundo Sant’Ana (2001), o conceito de obra rara está mais ligado ao livro, mas pode incluir também os periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos. No entanto, no recorte deste estudo, as obras raras sobre as quais trataremos serão somente livros.

Segundo a Universidade de Glasgow, as obras raras fazem parte das coleções especiais de uma instituição. Dessa maneira:

Coleções especiais são aquelas coleções de livros e arquivos consideradas importantes (ou "especiais") suficientes para serem preservadas para as gerações futuras. Frequentemente, elas são muito velhas, raras ou únicas, ou são frágeis. Geralmente, elas têm pesquisas significativas e/ou valor cultural (UNIVERSITY OF GLASGOW, [2012?], tradução nossa).

Essas coleções são muitas vezes as bibliotecas pessoais ou arquivos de indivíduos, que após serem adquiridas por determinada instituição, geralmente recebem o nome do proprietário original. As Coleções especiais também podem ser criadas artificialmente pelas instituições com o objetivo de criar recursos de pesquisa que sirvam para apoiar as necessidades de seus usuários. Às vezes, os itens separados dentro de uma coleção não são em si raros ou valiosos, mas ganham importância a partir do contexto em que foram recolhidos ou porque eles formam uma massa crítica de material sobre um determinado tópico (ou seja, a soma é maior do que a partes) (UNIVERSITY OF GLASGOW, [2012?], tradução nossa). É o caso da Coleção ORSC, em que alguns exemplares, se analisados de forma isolada, podem não apresentar características de raridade, mas ao se considerar seu valor dentro da coleção adquirem significados que os fazem ser considerados raros e/ou especiais.

Neste sentido, a subseção seguinte aborda as diferentes características apontadas por diferentes instituições a respeito do livro raro.

### 3.1 LIVRO RARO, CONSIDERAÇÕES E CONCEITUAÇÃO

Desde que surgiu a imprensa na Europa, há mais de 500 anos, não há uma fórmula única para determinar a raridade de um livro que seja unânime para todos os tempos e lugares. Caracterizar um livro como raro é uma questão complexa, pois envolve fatores e circunstâncias variáveis bem como subjetivas. Em outras palavras, pode-se dizer que não existem regras exatas para se definir a raridade de um livro. Segundo Pinheiro (2006, p. 1), “[...] cada livro é um universo restrito de manifestações culturais, originais e acrescentadas”.

Rodrigues (2006, p. 115), por sua vez tenta simplificar as características para atribuir raridade a um livro:

[...] de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras).

Santos (2015) em sua dissertação sobre patrimônio bibliográfico no Brasil aponta que o conceito de livro raro varia de acordo com o país. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, a definição de livro raro elaborada pela *American Library Association* (ALA), considera livro raro:

[...] um livro muito antigo, surpreendente ou difícil de encontrar no mercado livreiro. Entre muitos livros raros devem ser incluídos: incunábulo, impressos do século XVI e do século XVII, marcas de impressores americanos anteriores a 1820, primeiras edições, edições limitadas, edições de luxo, edições especialmente ilustradas, livros com tiragem limitada, cópias originais e livros de interesse para a própria associação (THOMPSON, 1943 *apud* SANTOS, 2015, p. 35).

Na Espanha, Santos (2015) descreve que a definição de livro raro depende, entre outros, de elementos extrínsecos à produção dos registros do conhecimento, como material remanescente de situações de conflitos armados, da atuação de órgãos censores e de catástrofes naturais. Neste país livro raro é definido como:

Obra escassa ou trabalho incomum por ser uma edição reduzida, por sua antiguidade ou porque adquiriu um valor circunstancial por existirem poucos exemplares devido a causas naturais que os afetaram: destruição, incêndio ou inundação. Livros raros são também os poucos exemplares que escaparam da ação da censura ou da rápida eliminação da edição no

comércio por causa de um erro no texto ou na impressão. Nesta consideração também entra o livro que trata de um tema muito especial (LÓPEZ YEPES, 2004 *apud* SANTOS, 2015, p. 36).

Inspirada na definição adotada na Espanha, o valor circunstancial de um livro está presente na definição de livro raro difundida na Argentina:

Livro raro é o livro escasso ou pouco comum, por se tratar de uma edição reduzida, pela antiguidade remota de sua aparição ou por causa de um valor circunstancial (censura, vontade do autor, incêndio, etc.) que tenha motivado a eliminação repentina ou quase total do comércio livreiro (BUONOCORE, 1976 *apud* SANTOS, 2015, p. 36).

No Brasil, são encontradas algumas variações para a definição de livro raro, entre elas a que consta no *Dicionário do livro* dada por Faria e Pericão (2008, p. 269), é:

[...] o livro assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico, papel, ilustrações). Consideram-se geralmente livros raros os incunábulo, as publicações anteriores a 1800, as primeiras edições de obras literárias, científicas e artísticas, as obras com encadernações primorosas, as obras que pertenceram a personalidades célebres e que apresentam a sua assinatura ou notas e, sobretudo os exemplares.

A partir dessa ideia é possível entender que o livro raro seria assim designado a partir da presença de algumas dessas particularidades que fazem com que ele seja diverso, ou seja, diferente de um livro tradicional. Com base nessas e em outras referências disponíveis na literatura (SANT'ANA, 2001; MORAES, 2006; RODRIGUES, 2006) percebe-se, quanto à definição de livro raro, que entre os diferentes autores, os conceitos tanto se complementam quanto divergem em alguns aspectos. Não há unanimidade entre os estudiosos sobre o que constitui a categoria de livros raros.

Baseado em García Aguilar e Rendón Rojas (2001), Valeria Gauz (2011) registra que a conceituação de um livro raro remete a epistemologia da Ciência, em que os conceitos ocupam lugar significativo.

Conceituar é atribuir qualidade a algo, definir limites. Objetos armazenados separadamente, como raros, variam de acordo com a instituição e o país e são geralmente conceituados de forma diferente, não necessariamente de maneira universal e com precisão, já que realidades distintas resultam em representações próprias de cada cultura, seja local, regional ou nacional (GAUZ, 2011, p. 160).

Em seu artigo *Crítérios para a definição de obras raras* Sant'Ana, (2001) comenta que existem padrões internacionais de definição do que seja uma raridade bibliográfica, como o de que todos os livros impressos de forma artesanal são considerados raros. A data limite para esse tipo de produção é o ano de 1801, a

utilização desta data é baseada na mudança de tecnologia dos meios de produção. Segundo o autor,

Com as novas invenções que revolucionaram a tipografia, no início do século 19, como a máquina de fabricar papéis de Nicolas Robert, aperfeiçoada por Fourdrinier em 1803, rotativas de impressão off-set e a linotipo, com o uso da força motriz a vapor, a utilização da polpa da madeira na fabricação do papel e as novas reproduções fotomecânicas de ilustrações, as editoras passaram a automatizar a produção do livro (SANT'ANA, 2001, p. 6).

Para Sant'Ana (2001), de acordo com o senso comum e com a maioria dos dicionários, livro raro é aquele difícil de encontrar, diferente do livro comum. “A palavra raro significa também algo valioso ou precioso; uma obra rara seria, portanto, qualquer publicação incomum, difícil de achar, e com valor maior do que os livros disponíveis no mercado” (SANT'ANA, 2001, p. 2). Existe uma discordância entre colecionadores e responsáveis por bibliotecas públicas quanto à definição do que seja um livro raro. Embora ambos reconheçam o valor histórico de um livro antigo, geralmente os colecionadores não se prendem à antiguidade de um livro para caracterizá-lo como raro. As bibliotecas, por sua vez, referem-se à data como um dos principais critérios de raridade (SANT'ANA, 2001).

Na literatura brasileira sobre livros raros dois estudiosos se destacam: Ana Virgínia Pinheiro e Rubens Borba de Moraes (1899-1986), ambos bibliotecários e especialistas na área. Segundo Moraes (2005) a procura pelo livro é o que condiciona seu valor: “O valor de um livro nada tem a ver com sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o fez desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes à obra” (MORAES, 2005, p. 67). Para esse autor, diversos são os fatores que farão um livro ser procurado, podendo ser uma edição clandestina, uma edição diferenciada das demais, erros tipográficos, etc. Na atribuição de valor deverá ser levado em conta o contexto no qual a obra está inserida.

No entanto, para Ana Virginia Pinheiro (2015) livro raro “[...] é o item bibliográfico desse modo identificado porque é o único exemplar conhecido, porque é precioso para quem o possui, ou porque é inquestionavelmente raro” (PINHEIRO, 2009 *apud* PINHEIRO, 2015, p. 33). A autora destaca o caráter subjetivo desse conceito, ponderando que, “[...] geralmente, o sentido do que é raro é subjetivo, dependendo do ponto de vista de quem analisa as obras que compõem uma coleção de livros raros que é, por isto, especial” (PINHEIRO, 2015, p. 33-34). A

subjetividade do que é raro está relacionada “[...] à cultura, à erudição e ao conhecimento da área temática e do livro, sob o ponto de vista de seu conteúdo e de sua materialidade, por quem tem a função de identificar o que é raro” (PINHEIRO, 2015, p. 34).

Uma maneira de a biblioteca não ficar sujeita a subjetividade conceitual é formalizar “critérios próprios de raridade que relevem a missão institucional e a formação e o desenvolvimento da coleção, no presente e no futuro” (PINHEIRO, 2015, p. 34). É imprescindível que o bibliotecário conheça a história da instituição e da coleção, bem como o contexto de sua formação. No caso específico da BPSC, a formalização desses critérios irá proporcionar ao profissional bibliotecário condições necessárias para gerir a coleção e disponibilizá-la aos pesquisadores.

Nesse contexto, emerge o modelo proposto por Pinheiro (1989), em sua publicação *Que é livro raro? uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*, que podem ser utilizados ou adaptados à realidade de cada instituição conforme a natureza e a história das obras e dos exemplares que compõem a coleção de livros raros. Essa obra de Pinheiro continua sendo referência em bibliotecas brasileiras, inclusive a Biblioteca Nacional. Em suas recomendações metodológicas, a autora propõe que sejam levados em consideração os seguintes aspectos:

- a) **Limite histórico:** relacionado com a antiguidade da obra. Todo o período de fabricação artesanal dos impressos bem como a fase inicial da imprensa em qualquer lugar;
- b) **Aspectos bibliológicos:** relacionado à natureza da obra. Ilustrações produzidas artesanalmente, materiais usados para a confecção do suporte na impressão como tipo de papel, encadernações e edições de luxo;
- c) **Valor cultural:** relacionado com as condições em que foram produzidas as obras. Edições limitadas, esgotadas e censuradas. Primeiras edições de obras científicas que marcam o início daquela ciência;
- d) **Pesquisa bibliográfica:** relacionado com o ponto de vista de especialistas. De acordo com fontes de informação especializadas que apontam certas particularidades da obra, como preciosidade, curiosidade e raridade;
- e) **Características do exemplar:** relacionado aos elementos acrescentados à obra após a sua publicação. Presença de dedicatória ou

autógrafo de pessoas importantes, *ex-libris*<sup>1</sup>, marcas de propriedade e de leitura, entre outros (PINHEIRO, 1989).

Essas recomendações visam facilitar ao bibliotecário, a seleção e a formação de um acervo considerado raro, ou seja, reduz-se a subjetividade conceitual. É fundamental conhecer muito bem a coleção para definir critérios de raridade (PINHEIRO, 1989).

Em relação aos critérios de raridade, a FBN é a instituição norteadora no Brasil, por ser a precursora no tratamento técnico de coleções especiais. De acordo com a bibliotecária Rosângela Rocha Von Helde, chefe do Planor (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras), a FBN buscou elaborar critérios de raridade próprios para qualificar seu acervo. Para isso, agregou valores aos critérios já consagrados internacionalmente. Esses critérios foram elaborados por bibliotecários e oficializados por meio de uma Ordem de Serviço, listando os critérios que são comumente empregados para a qualificação de obras raras, observando as questões condizentes com a função de biblioteca depositária, particularizados pela própria natureza de uma Biblioteca Nacional. Ainda segundo Helde (2014, p.5), “[...] nesta Ordem de Serviço foi destacado ainda, que de acordo com as particularidades e interesses específicos de cada biblioteca e/ou colecionadores, outros critérios poderão ser acrescidos”.

Os critérios de raridade praticados pela FBN, segundo o Planor (2017) são:

- a) Primeiras impressões, os incunábulos (Séculos XV-XVI);
- b) Impressões dos Séculos XVII e XVIII;
- c) Primeiras impressões brasileiras (Século XIX);
- d) Edições clandestinas;
- e) Edições de tiragens reduzidas;
- f) Edições especiais de luxo para bibliófilos;
- g) Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e *ex-libris*);
- h) Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias);
- i) Obras esgotadas.

---

<sup>1</sup> *Ex-libris*: “vinheta gravada ou impressa, contendo o nome ou divisa do proprietário da obra, que aparece colada no verso ou reverso da capa de livros de sua biblioteca” (PINHEIRO, 1995, p.168).

Passa-se agora a uma reflexão sobre cada um destes critérios estabelecidos pelo Planor (2017):

- a) Primeiras impressões (SÉC. XV – XVI): o critério cronológico leva em consideração a criação da imprensa por Gutemberg (1455) e a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo e/ou nas regiões onde foram impressas as obras e assim, justifica o princípio de que todos os livros publicados artesanalmente merecem ser considerados raros;
- b) Impressões dos séculos XVII e XVIII: no século XVII o livro passou a ser fabricado em série e virou objeto de comércio. Foi neste século que surgiram grandes nomes da literatura como: Cervantes, Shakespeare e Molière. No século XVII os livros se destacam mais pelas ilustrações do que pelo texto;
- c) Brasil séc. XIX: no Brasil a produção gráfica se desenvolve a partir do Segundo Reinado, por esta razão estende-se o conceito de obra rara até 1841, todavia em muitas instituições houve um acréscimo nesta data até 1850;
- d) Edições clandestinas: ocorreram por motivos morais, religiosos, políticos ou por pirataria editorial. Em 1747, pela ordem Régia, qualquer obra que fosse composta no Brasil naquela época teria que ser publicada na Europa ou permaneceria em forma de manuscrito. Dessa forma é possível observar que, oficialmente, até 1808 todo livro publicado no Brasil seria considerado clandestino;
- e) Edições de tiragens reduzidas: edições limitadas com número específico de exemplares, geralmente reduzidos. Edições em papel especial, numerado e geralmente assinados;
- f) Edições especiais (de luxo para bibliófilos): obras do século XX com as riquezas tipográficas dos grandes impressores dos séculos XV e XVI. Papel de boa qualidade, folhas soltas ou em cadernos, ilustradas geralmente in-fólio e colocadas em caixas, com tiragem limitada e podem ter a assinatura do autor;
- g) Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e *ex-libris*): muitas vezes uma obra não é considerada rara isoladamente, mas o fato de pertencer a um fundo faz com que se torne rara, pelo seu conjunto e pela sua história. As coleções possuem *ex-libris* ou



Carimbos colados no verso da capa ou da página de rosto. Uma obra rara pode ser avaliada pelo seu valor extrínseco, como as belíssimas encadernações em couro, pergaminho, veludos, gravadas a ouro, com filetes e seixas douradas, etc.;

h) Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias): dedicatórias dos autores das obras, de reis, governantes ou autógrafos de celebridades. Informações relevantes que esclareçam ou comentem a obra;

i) Obras esgotadas: são consideradas raras as edições consagradas e não reimpressas de algumas obras.

Conforme dito anteriormente pela bibliotecária Rosângela, esses critérios foram formalizados para atender a necessidade específica da BN, no entanto, baseado nestes critérios, outros podem e devem ser acrescentados conforme interesses específicos da instituição que possui o acervo raro.

Neste sentido, Pinheiro (1989, p. 29) esclarece que “[...] a melhor das metodologias [para caracterizar um livro como raro] é aquela desenvolvida pela mesma instituição que guarda o acervo”. De acordo com a autora, cada biblioteca deve estudar detalhadamente seu perfil e elaborar uma metodologia que determine os critérios que serão adotados para melhor atender às necessidades de seus usuários.

Assim, destaca-se a importância de se formalizar critérios de raridade para a Coleção ORSC, de acordo com a missão da BPSC, pois, é por meio do tratamento e armazenamento das informações produzidas em uma determinada época que essas memórias poderão ser recuperadas e utilizadas pelas gerações futuras.

### 3.3 POLÍTICA DO LIVRO RARO NO BRASIL

Conforme mencionado anteriormente o conceito de livro raro é estudado por diversos autores na literatura brasileira e oferece aos membros da área uma problemática complexa devido à falta de leis que determinem diretrizes para o estabelecimento da raridade de um livro. Carteri (2004, p. 44) aborda essa questão e afirma que:

[...] embora inexista uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento dispensado ao livro raro, (havendo

inclusive divergências sobre a própria determinação de raridade) especialistas e instituições procuram identificar, registrar e preservar tais livros, apesar de todas as dificuldades existentes.

No tocante à constituição de um documento norteador para critérios de raridade Carteri (2004, p. 44) descreve que “diferentes instituições adotam procedimentos diversos no tratamento dos mesmos livros, revelando não apenas a divergência que há na área, como também ausência de diálogo eficaz entre os envolvidos na mesma”. Essa diversidade prejudica a atuação dos profissionais da área, além de confundir o leitor leigo.

Devido a essa falta de padronização no tratamento do livro raro, as instituições que têm a necessidade de identificar as obras raras existentes em seu acervo acabam por desenvolver políticas e/ou procedimentos internos que possibilitem uma identificação padronizada de suas coleções. Muitas vezes os critérios adotados por outras instituições servem de exemplo para as bibliotecas que estão começando a estruturar sua metodologia.

No Brasil, o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) é a única iniciativa pública que objetiva apoiar as bibliotecas brasileiras quanto à identificação, tratamento e preservação de obras raras.

O Planor foi criado em outubro de 1983, subordinado ao Departamento de Processamento Técnico da FBN, pela portaria número 19 da Secretaria da Cultura, do então Ministério da Cultura. A partir de 2004, passou a ter gerência própria, estando subordinado à Coordenadoria de Acervo Especial do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores.

Sua função é atuar como referência nacional no que diz respeito a acervos raros, pois visa “[...] identificar, coletar, reunir e disseminar através da Fundação Biblioteca Nacional informações sobre acervos raros existentes no Brasil” (PLANOR, 2017)”. Por meio do Planor também são promovidos encontros e cursos destinados a profissionais da informação responsáveis pela guarda e preservação de acervos raros. O Encontro Nacional do Livro Raro (ENAR), que está na sua décima segunda edição, é um evento já consagrado que ocorre a cada dois anos.

Na página do Planor<sup>2</sup> na internet, é possível cadastrar instituições mantenedoras de acervos raros, por meio de formulário específico, como também pesquisar obras raras de instituições já cadastradas. No momento desta pesquisa,

---

<sup>2</sup> <http://planorweb.bn.br/index.html>

em maio de 2017, encontravam-se 227 instituições cadastradas, sendo 18 bibliotecas públicas estaduais e o acervo total do catálogo corresponde a mais de 32 mil títulos.

Também é atribuição do Planor alimentar o Catálogo Coletivo de Obras Raras da Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero América (Abinia). Fundada em 1989, no México, a Abinia é um fórum inter-regional que reúne as 22 Bibliotecas Nacionais da Ibero América.

Verifica-se a importância do Planor no que tange a visibilidade das obras raras do mesmo modo que falta divulgação e incentivo às bibliotecas brasileiras para se cadastrarem e enviarem dados do seu acervo para o catálogo. De outra forma, o catálogo poderia facilitar o inventário do patrimônio bibliográfico nacional e o acesso por parte dos pesquisadores, que encontrariam uma fonte de pesquisa centralizada.

### 3.4 AS COLEÇÕES DE OBRAS RARAS

Formar e desenvolver uma coleção de obras raras é um processo desafiador para o profissional bibliotecário, pois além de outras coisas, demanda estudo, paciência e persistência. A formação dessa coleção, assim como as demais, deve estar baseada em uma política que contemple o processo de seleção que justifique cada item a partir de seu valor histórico, cultural ou institucional.

Araújo (2015) alerta para a falta de debate e reflexão conceitual sobre os saberes e fazeres que envolvem a gestão das coleções de obras raras. A quase inexistência dessa discussão temática gera “[...] o uso alargado, automático e por vezes pasteurizados dos critérios para estabelecimento de raridade da BN, em grande parte das bibliotecas de nosso país” (ARAÚJO, 2015, p. 22). Segundo o autor, estes critérios devem ser utilizados como princípios e referências e não como instrumentos totais e devem-se levar em consideração as motivações sob as quais as bibliotecas formam suas coleções. Distintas instituições possuem motivações diversas e é esta pluralidade que aponta para a necessidade de se criar instrumentos de trabalho, no campo da raridade bibliográfica próprios para cada instituição a fim de organizar a coleção de obras raras (ARAÚJO, 2015).

Essa coleção deve ser formada com o objetivo de atender as necessidades informacionais dos usuários que dela se utilizam e estar em sintonia com a missão da instituição. Os propósitos de uma coleção de obras raras variam de acordo com a

missão da instituição (ARAÚJO, 2015). Em uma biblioteca pública estadual, por exemplo, o principal propósito da coleção é preservar e difundir a história e a memória do Estado, por isso é necessário planejamento para que as coleções se desenvolvam de forma alinhada aos objetivos institucionais e atendam aos propósitos a que se destinam.

A formação de uma coleção de obras raras demanda cuidados especiais. Uma coleção mal selecionada corre o risco de se transformar em um aglomerado de livros salvaguardados pelo mero acaso.

De acordo com a ALA (2016), duas características essenciais distinguem a seção de obras raras das demais seções da biblioteca: as condições de armazenamento dos exemplares e as condições sob os quais os exemplares são consultados.

A recomendação é para que a coleção de obras raras seja armazenada em estantes seguras e bem protegidas, onde não há circulação, ou locais de acesso restrito e os exemplares disponibilizados para consulta em sala de leitura monitorada ou que apresente outra configuração supervisionada (ALA, 2016). Isso não deve ser um obstáculo, ao contrário, a informação deve ser preservada, mas também estar acessível. De acordo com Feather (1982) *apud* Silva (2011) em uma biblioteca, o livro raro necessita de proteção física e acesso restrito e supervisionado, mas ele está ali para ser usado. Nesse sentido é que o bibliotecário assume o papel de trabalhar entre a preservação e o acesso.

Na próxima seção será apresentada um pouco da história da BPSC, sua criação e sua atual estrutura.

#### 4 BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, UM POUCO DA HISTÓRIA

A primeira tentativa de criação de uma biblioteca pública em Santa Catarina se deu em agosto 1831, na cidade de Nossa Senhora do Desterro, com a efêmera instalação de um gabinete de leitura quando a província era governada por Feliciano Nunes Pires:

A proposta de criação de um gabinete de leitura surgiu na Sociedade Patriótica, fundada no Desterro, em 1831, ou talvez, um pouco antes, e foi apresentada, em sessão de 19 de agosto, pelo secretário, nesse caso o Major Patrício Antônio de Sepulveda Ewerard (...) no mês de dezembro do mesmo ano, em sessão do dia 09, Diogo Duarte da Silva, apresentou um substitutivo, no sentido de que o gabinete fôsse antes uma biblioteca aberta ao público, tendo sido sua proposta aprovada. (CABRAL, 1972, p. 92-93).

O objetivo inicial deste órgão, segundo desejo expresso pelos círculos intelectuais locais, era "[...] agremiar tão-somente os estudiosos da cidade, os quais, em conjunto, nas horas vagas, discutiriam o conteúdo do que de melhor pudesse haver nas editoras e livrarias do Brasil e do mundo" (MACHADO, 2007, p. 27).

O Gabinete de Leitura foi instalado nas dependências da Sociedade Patriótica Catarinense, criada por Jerônimo Francisco Coelho em 1831, com os fundos disponíveis da instituição. Segundo Boiteux *apud* Schmidt; Schafaschek e Schardong (2012), a Sociedade tinha como objetivo a defesa da liberdade e da Independência Nacional. Portanto, eram admitidos como sócios somente brasileiros natos e “adotivos”, desde que estes últimos tivessem um período mínimo de 25 anos no Brasil. Além disso, era indispensável que fossem probos, de moral elevada e amantes da liberdade do país. A criação do Gabinete de Leitura foi um fato memoráveis para a história regional, porque em 1832 a cidade de Nossa Senhora do Desterro possuía somente 7.207 habitantes, dos quais 4.721 livres e cerca de 2.500 escravos e a cidade era recém-saída da condição de vila, sem alguma política educacional em prática (CORRÊA, 1997).

O acervo da referida biblioteca era inicialmente restrito à Sociedade Patriótica Catarinense. No entanto, com a constante busca pelos livros o Gabinete foi aberto ao público por sugestão do deputado da Província Diogo Duarte Silva, em dezembro de 1832 (CORRÊA, 1997). Contudo, esta primeira biblioteca durou pouco tempo, cerca de três anos. Em 1836 a Sociedade Patriótica de Desterro encerra as suas atividades e segundo Cabral (1972), todo o acervo do Gabinete de Leitura foi devolvido aos seus doadores.

No período de tempo entre o encerramento das atividades da Sociedade e o fechamento da biblioteca provincial até 1854 (ano de fundação da Biblioteca Pública) passaram-se cerca de 20 anos e não há notícias acerca da existência de bibliotecas ou mesmo gabinetes de leitura (MACHADO, 2001).

Sendo assim, em 31 de maio de 1854 João José Coutinho (Presidente Coutinho) sancionou a Lei nº 373, que determinava a criação de uma biblioteca pública na cidade de Nossa Senhora do Desterro, em Santa Catarina.

<sup>3</sup>Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Artigo 1º. O Presidente da Província he authorisado a fazer a despesa necessária com o preparo de huma Sala no edificio occupado pela Assembléa Legislativa Provincial, para n'ella estabelecer huma Bibliotheca publica.

Artigo 2º. A Bibliotheca de que trata o artigo antecedente, será formada dos volumes que à Assembléa offereceo o Cidadão Joaquim Antonio d'Azevedo, da Corte do Rio de Janeiro, dos que por ventura forem offerecidos por outros Cidadãos, e dos que houverem de ser comprados com quantias que a Assembléa para esse fim haja de votar ulteriormente.

Artigo 3º. Logo que estiver preparada a Sala, e tenham sido recebidos os volumes offerecidos pelo Cidadão nomeado no artigo antecedente, abrir-se há a Bibliotheca ao público, nos dias que determinar o respectivo Regulamento (PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA, 1854).

A solenidade de inauguração, no entanto, ocorreu somente em 9 de janeiro de 1855. O propósito que moveu o Presidente Coutinho a criar a Biblioteca da Província foi:

[...] fazer surgir uma biblioteca de uso geral, à disposição de toda a comunidade, objetivando, desse modo, difundir e aperfeiçoar a cultura dos barrigas-verdes que já estavam habituados aos livros e, de outra parte, proporcionar ensinamentos aos que não dispunham de nenhum meio de acesso a esse valioso instrumento no seu aprimoramento intelectual (MACHADO, 2007, p. 29).

Dessa forma, a biblioteca contribuía de modo gratuito para a formação intelectual da comunidade por meio das obras disponíveis em seu acervo.

No início a biblioteca foi formada a partir de doações. O conjunto de livros que serviu para iniciar o acervo foi doado por Joaquim Antônio de Azevedo que contribuiu com os primeiros itens. Ele encaminhou mais de 200 volumes da Corte do Rio de Janeiro à Desterro, nos quais constavam mapas, gráficos, romances e informações avulsas.

O jornal *O Correio Catharinense*, em sua edição de 20 de setembro de 1854 publicou um extenso texto intitulado *A Bibliotheca Pública* noticiando a composição

---

<sup>3</sup> Será mantida a grafia da Língua Portuguesa utilizada na época

inicial do acervo e o compromisso da Assembleia Legislativa na destinação de verbas para a aquisição de mais livros:

Devemos ao público a agradável notícia de ter chegado a primeira remessa de livros oferecidos pelo prestante cidadão e ótimo patriota o Sr. Joaquim Antônio de Azevedo, do Rio de Janeiro, que muito sympathisa com esta Província, cujos melhoramentos e progressos há promovido; consta ella de mais de duzentos volumes, metade encadernados, e alguns mapas, contendo materiais de instrução e recreio, e deve ser seguida de outras remessas de igual mérito. Esta oferta do Sr. Azevedo tem um alcance assaz importante; porque fez com que a Assembléia Legislativa Provincial, sempre solicita pelo bem do povo, que representa, adoptasse uma medida de grande utilidade para o desenvolvimento dos conhecimentos uteis e delectáveis. Acha-se determinada por Lei a criação de uma Bibliotheca Pública, que se deverá ir paulatina e anualmente enriquecendo com os volumes que oferecer a generosidade e o patriotismo dos cidadãos, e aqueles para cuja compra se comprometeu a Assembléia a votar todos os anos os precisos fundos: teremos, pois, no fim de algum tempo, um bom depósito científico e literário, onde poderemos gosar placidamente algumas horas de existência, ilustrando-nos e recreando-nos. [...] Aqui nos cabe dirigir um apelo ao patriotismo e generosidade de todos os cidadãos, e particularmente dos mais abastados, para que, imitando o louvável e humanitário exemplo do Sr. Azevedo, façam suas ofertas a Bibliotheca; e teremos singular praser em reconhecer por esse testemunho de amor pelo bem público os mais amigos deste País, fadado pela providência a um bello e grandioso destino (O CORREIO CATHARINENSE, p. 2, 1854).

Outras doações foram ofertadas à Biblioteca a fim de enriquecer seu acervo inicial, conforme ofício expedido pelo presidente Coutinho em 14 de novembro de 1854 e publicado no jornal *Correio Catharinense* em 22 do mesmo mês:

Ao Rvmo. Vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, agradecendo-lhe a oferta que fez a Bibliotheca da Província das obras completas de J. J. Rousseau em 25 volumes, Compêndio da História do Brasil, por Abreu Lima, em 2 volumes, Orações de Cícero, 1 volume, Tratado do Governo das Paróquias por Carré, 4 volumes, este em meia encadernação, e aqueles de inteira, e mais 8 folhetos da Propagação da Fé de ns. 86 a 93, cujos volumes acompanharam o seu ofício de 11 do corrente (CORREIO CATHARINENSE, p. 1, 1854).

No relatório anual apresentado à Assembleia Legislativa em março de 1855, Coutinho relata que a biblioteca compõe-se de 474 volumes e folhetos, entre eles os doados por Azevedo e Padre Paiva, já citados, e mais 222 por Francisco de Paulicéia Marques de Carvalho, doados de sua biblioteca particular, cinco por Antonio Justiniano Esteves e dois por Manoel José de Oliveira. Acrescenta ainda que, “contendo a Bibliotheca poucos volumes, e pela maior parte de pouco merecimento, não pode assim prestar ao público grande serviço. Cumpre, pois, consignardes anualmente quantia para a compra de livros modernos e escolhidos”.

Nesse mesmo ano, o jornal *O Mensageiro* divulgou que o Presidente Coutinho enviou para a Corte, pelo Tenente Coronel José Maria do Valle, 600\$000rs

aprovados pela Assembléia para aquisição de livros para a biblioteca. “(...) Informam-nos que a Presidência mandou empregar na Corte os 600\$000 réis votados pela Assembléia, para a compra de livros destinados para a nossa nascente Biblioteca” (O MENSAGEIRO, 1855, p. 2). Essa quantia possibilitou que Coutinho adquirisse várias obras para a biblioteca. Ainda assim, as doações continuaram sendo ofertadas tanto por personagens da vida pública catarinense como por jovens que estavam afastados da província para realização de estudos em outros centros (SCHMIDT; SCHAFASCHER; SCHARDONG, 2012). As doações ajudaram a iniciar o acervo da biblioteca e certamente traduziram a formação intelectual de uma época.

Em julho de 1855 o jornal *O Conservador* informou que havia chegado um caixote com mais de 100 volumes de obras de literatura e poesia, doados por Francisco Carlos da Luz. Entre as obras encontravam-se produções de Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Dumas e inspirações poéticas de Magalhães, Gonçalves Dias e outros.

O político Gustavo Richard, que na época era cidadão comum e frequentador da biblioteca pública, também ofertou inúmeras obras para a instituição; “[...] livros de seu uso particular e, mais que isso, adquiriu outros, novos, para oferecê-los à instituição” (MACHADO, 2007, p. 78).

Para exercer as funções de bibliotecário, foi designado o paulista Francisco de Paulicéia Marques de Carvalho conhecido como “Franc da Paulicéia”, que ocupava o cargo de efetivo escriturário da Administração da Fazenda e era poeta, jornalista, professor e filósofo, a ele coube a responsabilidade de gerir e organizar o acervo da *neo* biblioteca (O ESTADO, 1955). Franc da Paulicéia, segundo Cabral (1972), era um homem culto, publicou várias poesias nos jornais da cidade, tinha conhecimento de línguas, como francês e espanhol, além de ocupar vários cargos públicos na província, dentre eles o de escriturário e mais tarde de secretário da Fazenda Provincial. Em 1858 foi promovido a capitão da Guarda Nacional. Nasceu em São Paulo mas mudou-se para Desterro no início da década de 1840, permanecendo na cidade até sua morte em 1891. Franc da Paulicéia foi:

[...] uma figura indiscutivelmente interessante, singular. [...] Tudo lhe despertava interesse. Era sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; apresentara à Academia de Ciências de Lisboa e à de Paris, em 1855, um sistema de aproveitamento do ar atmosférico no enchimento dos balões, em substituição ao hidrogênio, através de duas bombas, uma de compressão e outra pneumática, para fazê-los subir e descer. [...] E, se



quisermos ser justos, deveremos reconhecer em Franc de Paulicéia Marques de Carvalho o precursor do modernismo em Santa Catarina, o mais antigo poeta em nossa terra (CABRAL, 1972, p. 102).

No início de 1856, a biblioteca possuía 1.099 volumes, o presidente Coutinho, em relatório à Assembleia Legislativa, novamente descreve que “poucas são as obras de maior mérito”, sendo a maioria composta de novelas, poesias, relatórios, balanços e legislação brasileira, geral e provincial. Coutinho justifica a necessidade de mais recursos para a compra de livros de boa qualidade.

A aquisição de acervo continuava sendo notícia nos jornais e em maio de 1856 *O Mensageiro* informou que a Biblioteca recebeu obras vindas da Europa, pagas pelos cofres provinciais:

A nossa Biblioteca pública provincial vai pouco a pouco se aumentando. Já conta muito preciosas obras, e ultimamente chegaram alguns volumes vindos da Europa à custa dos cofres provinciais. Entre estes contam-se excelentes obras sobre Instrução Pública, Economia Política e Direito Administrativo (O MENSAGEIRO, p. 3, 1856).

No ano seguinte, em 1857, Coutinho descreve na fala dirigida à Assembleia Legislativa que a Biblioteca adquiriu “[...] 219 volumes, sendo ofertados ou gratuitos 65, e comprados 154, dos quais 151 são obras de reconhecido mérito” (SANTA CATARINA, 1857).

No diz respeito ao funcionamento da biblioteca havia algumas reclamações pelo fato de os livros não serem liberados para empréstimo.

Ousamos a esse respeito lembrar a necessidade de uma medida qualquer a fim de que fosse permitido, mediante uma caução, saírem certas obras (ao menos as de recreio) para fora do estabelecimento, porquanto não sendo permitido ler-se ou estudar senão na biblioteca o número dos leitores e dos estudiosos será sempre muito diminuto, e assim fica sem efeito o fim da criação da biblioteca. O negociante, o empregado público etc. vêem-se privados de gozar desse benefício. Não desconheço que nos estabelecimentos desta ordem só dentro do edifício é que se estuda, mas entre nós, em Santa Catharina, nada se perdia em afrouxar um pouco esse rigor, antes se ganhará em despertar o amor ao estudo. É esta a minha opinião, que sujeito a melhor (O MENSAGEIRO, p. 3, 1856).

Esse assunto é abordado por Coutinho em seu relatório, em 1857, em que ele também defende a abertura da biblioteca durante mais horas diárias: “O estabelecimento vai sendo mais freqüentado, mas não tanto quanto seria se pudesse estar aberto por mais horas, o que não é possível não tendo ele empregados próprios” (COUTINHO, 1857, p. 10).

A cada ano, no orçamento apresentado à Assembleia, consta um valor em torno de 1:200\$000rs para a aquisição de livros. Segundo Coutinho, no ano de 1858

a biblioteca adquiriu 104 volumes, “sendo comprados das melhores obras, em grande parte de ciências naturais”.

No que diz respeito ao regulamento da Biblioteca, o primeiro documento só foi elaborado 40 anos após a sua criação em 1894. O documento é composto por 5 capítulos. O primeiro capítulo do regulamento versa sobre o funcionamento e a organização da biblioteca:

Art. 1º: Bibliotheca Pública do Estado, fundada em Florianópolis, capital do Estado de S. Catharina, é o depósito de obras científicas e literárias, jornaes e produções artísticas, adquirida por compra a custa do Estado, ou por doação.

Art. 2º: Os livros e jornaes devem ser collocados e arrançados em estantes abertas, de acordo com a classificação do catalogo geral.

Artigo 3º: Nos salões de leitura organizar-se-ha uma galeria de photographias de catarinenses illustres.

Art. 4º: A bibliotheca terá uma secção destinada ao archivo de todos os documentos relativos a conhecimentos memoraes, presentes ou passados, que se refiram a factos sociaes, que a actos simplesmente administrativos, uma vez que sirvam para a historia do Estado (BIBLIOTHECA PÚBLICA..., 1894, p. 2).

No capítulo IV do regulamento lê-se que a biblioteca permaneceria aberta ao público diariamente, das 9h da manhã às 2h da tarde e das 6h às 9h da noite; somente poderiam entrar pessoas decentemente trajadas; era permitido somente fazer anotações a lápis; aos visitantes era proibido falar alto ou passear nas salas e fumar em qualquer ponto do edifício (BIBLIOTHECA PÚBLICA..., 1894).

Desde a sua fundação, a Biblioteca Pública exerceu sua função em diferentes endereços. José Joaquim Lopes em 1860 teceu críticas quanto à instalação da jovem biblioteca, no periódico desterrense *Argos*:

Mas, emfim, houve um erro, que continuou, e ainda permanece infelizmente - o lugar onde foi colocada em principio, e depois transferida a nossa biblioteca! -. O primeiro foi escolhido os fundos do paço da assembléa, onde só vião-na o Bibliothecario, o Porteiro, e quem ia de proposito procurar a qualquer deles para negociar particular; e ultimamente em um aposento no edificio do Lyceo, bastante retirado do povoado, o que faz desanimar, pela caminhada de ida e volta, à quantos pretendem utilizar-se dela. Talvez porisso não tenha feito ricas aquisições de obras literárias (LOPES, 1860, p. 1).

A Biblioteca permaneceu instalada no Liceu Provincial até o encerramento das atividades da escola, em 1864.

Com base nas informações do periódico *Argos*, é possível perceber que a biblioteca passava por dificuldades quanto às instalações físicas que abrigassem seu acervo, pois estava em um local de difícil acesso, tornando inviável frequentar a Biblioteca Pública e utilizar seu acervo. Segundo Machado (2014, p. 8) as

instalações da Biblioteca, em seus diversos locais de funcionamento, “[...] sempre foram apertadas em velhos casarões insalubres, o que pode ter provocado muitas baixas em seu acervo”.

Essa peregrinação não passou despercebida e, por ocasião do centenário da Biblioteca, o jornal *O Estado* noticiou em 9 de janeiro de 1955 os diversos endereços pelos quais ela havia se instalado, desde sua fundação até a década de 1950:

Da sala da Assembleia, foi a Biblioteca transferida em agosto de 1859 para o edifício do Liceu Provincial; em 1866 passou a funcionar no andar térreo do prédio em que se achava a Diretoria da fazenda, pouco tempo depois mudou-se para a Rua do Livramento (atual Trajano), n. 26. Em 1871, para uma das salas da parte térrea do Palácio do Governo. [...] Em 1907 no governo do Cel. Gustavo Richard, foi ela transferida para a casa sita na rua Trajano, esquina com Tenente Silveira, de onde, a 31 de maio de 1908, se mudou para o prédio em que ora de acha (O ESTADO, 1955).

Acrescenta-se ainda que, por meio do Ato Provincial de 26 de setembro de 1888, a BPSC foi anexada, em meio a protestos, ao Instituto Litterario e Normal, entidade de caráter educacional voltada à formação de professores (MACHADO, 2014).

De acordo com Machado (2014) a Biblioteca permaneceu na Rua Trajano (fundos do Palácio) durante meio século. Em 1960 devido às obras de alargamento do Jardim do Palácio, a BPSC passa a ocupar o velho casarão da Rua Arcipreste Paiva número 7 onde, com prateleiras até ao teto, um porão e um improvisado sótão, funcionava com grande volume de livros.

Machado (2014) descreve que de agosto de 1973 a março de 1979 a Biblioteca Estadual funcionou à Rua Visconde de Ouro Preto, esquina com a Rua Artista Bittencourt e posteriormente passou a atender o público na Casa da Cultura Embaixador Edmundo da Luz Pinto, situada na Rua Tenente Silveira, dividindo espaço com outros órgãos, tais como a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte; Conselho Estadual de Cultura; Bureau Catarinense de Turismo; Conselho Estadual de Esportes e Escolinha de Artes. Inicialmente, ocupou o primeiro andar, parte do segundo andar e subsolo.

Devido à falta de espaço físico para abrigar um acervo que a cada ano crescia, e em consonância com o significativo aumento no número de frequentadores que a procuravam como espaço informacional, educativo, cultural e de lazer, ocorreram diversas manifestações por parte de usuários e da imprensa escrita, que reivindicavam junto aos gestores culturais um espaço específico e

apropriado. Esta reação, de certa forma, provocou a saída dos demais órgãos instalados no prédio, que ficou exclusivamente com a BPSC a partir de meados dos anos 1980 (MACHADO, 2014).

Com a missão “manter, conservar e disponibilizar parte da memória cultural do Estado para a população catarinense e promover o hábito da leitura junto a ela (FCC, 2017)” a BPSC é subordinada a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e localiza-se à Rua Tenente Silveira, 343, esquina com a Rua Álvaro de Carvalho, ocupando um prédio de três andares (figura 1) no centro da capital.

A biblioteca é frequentada por mais de seis mil usuários por mês (BPSC, 2016), atendidos de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 19h, e aos sábados das 8h às 11h45min.

Figura 1 - Atual sede da BPSC, no centro de Florianópolis



Fonte: <http://www.fcc.sc.gov.br/bibliotecapublica//pagina/7881/historico>, 2017.

No subsolo do prédio, está localizado o auditório da biblioteca, o Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação (Lacre) e o almoxarifado.

O andar térreo da BPSC é composto pelo *hall* para exposições, Setor de Circulação (empréstimos e devoluções), fotocópias e Setor Infantojuvenil.

No primeiro andar, localiza-se o Setor de Obras Gerais, composto por obras nacionais e internacionais e obras de referência (dicionários, enciclopédias, guias, mapas e outros).

No segundo andar se encontra o Setor de Literatura (nacional e estrangeira), Periódicos (jornais e revistas com circulação local, estadual e nacional e o *Braille*;

composto por livros de literatura, técnicos e didáticos impressos no sistema *Braille*, além de áudio livros.

O terceiro andar da biblioteca abriga o Setor de Santa Catarina e Obras Raras. Esse setor é composto por periódicos e material bibliográfico de Santa Catarina, Obras Raras Gerais (nacionais e estrangeiras), Obras Raras de Santa Catarina e jornais editados e publicados em Santa Catarina a partir do século XIX. O Setor de Obras Raras será detalhado no próximo subitem. Ainda no terceiro andar, encontram-se a Sala de Digitalização, o Setor de processamento técnico, a administração e a secretaria da BPSC.

O gerenciamento do acervo da BPSC é feito por meio do Sistema de Automação de Bibliotecas (Sabio). O acervo da instituição está organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), catalogado segundo o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e para a anotação de autor é utilizado o número conforme a Tabela Cutter Sanborn. Seu acervo com mais de 115 mil volumes está dividido em obras de referência, obras raras, obras gerais, literatura, periódicos e outras publicações.

Ao longo dos anos, desde o século XIX, a BPSC foi recebendo livros e documentos que hoje são considerados raridades, de interesse para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. São coleções preciosas, construídas livro a livro, que merecem destaque especial por fazer parte da história e da sociedade nacional, internacional e catarinense. Dada sua importância, essas coleções estão armazenadas em local apropriado, separadas do acervo geral, no Setor de Obras Raras, que será caracterizado a seguir.

#### 4.1 O SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Sendo a Biblioteca Pública de Santa Catarina uma das mais antigas do país (SUAIDEN, 1980, p. 7), possui um acervo muito significativo. A coleção inicial, conforme citada anteriormente, foi formada por meio de doações feitas por distintos cidadãos catarinenses.

O setor de Obras Raras começou a se estruturar no ano de 1979 quando a Biblioteca pública passou a ter em seu corpo funcional as bibliotecárias Valéria de

Barros Rupp, Maria Lúcia Barreto e Rosilda Schroeder e estagiários curriculares das universidades Federal e Estadual (SCHROEDER, [1998?]).

Em agosto de 1982 o Setor de Obras Raras da BPSC foi transferido para uma das salas do Centro Integrado de Cultura (CIC)<sup>4</sup> com o objetivo de obter melhores condições de preservação e também para desocupar uma área da biblioteca que seria destinada a ampliação do espaço para os leitores (PACHECO, 1987).

Buscando embasamento que pudesse respaldar os critérios qualificadores de Obras Raras, em 1984 a BPSC solicita à Divisão de Referência Especializada da FBN, os critérios comumente empregados para a qualificação de Obras Raras. A chefe da Divisão de Referência Especializada, Lygia F. F. da Cunha, encaminha os critérios adotados pela FBN (SCHROEDER, [1998?]). A BPSC então adota os critérios de raridade bibliográfica baseados na orientação da FBN:

- a) Primeiras impressões (séc. XV – XVI)
- b) Impressões dos séculos XVII E XVIII
- c) Brasil – séc. XIX
- d) Edições clandestinas
- e) Edições de tiragens reduzidas
- f) Edições especiais (de luxo para bibliófilos)
- g) Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e *ex-libris*)
- h) Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias)
- i) Obras esgotadas (BPSC, 1984, f. 3).

Em 1988, após algumas reformas e manutenções no prédio da biblioteca, o acervo retorna ao endereço no centro da cidade, sendo acondicionado em duas salas no terceiro andar do prédio (SCHROEDER, [1998?]).

Em 1990 o Planor, promoveu um projeto em todo o país, em vistas da compilação de um repertório nacional de raridades bibliográficas, da salvaguarda dos originais repertoriados e do oferecimento de seu conteúdo, em microfilme, na FBN. A participação no projeto requer inventariar todo o acervo considerado raro ou antigo. A BPSC passa a fazer parte deste projeto e recebe a visita de um técnico do Planor que fornece informações sobre como realizar o inventário das Obras Raras de acordo com a metodologia adequada. Nesse período foram inventariadas 2.574 obras (SCHROEDER, [1998?]). Dois anos mais tarde, em 1992 é publicado o “I Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina”, supervisionado por técnicos do Planor.

---

<sup>4</sup> O CIC foi inaugurado oficialmente em 14 de novembro de 1982.

A Coleção Obras Raras possui um acervo constituído de aproximadamente 8.717 (oito mil, setecentos e dezessete) volumes inventariados, os quais são divididos de em: Obras Raras Gerais (internacionais e nacionais) e Obras Raras de Santa Catarina (ESPÍNDOLA; DUARTE, 2014), conforme é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição do acervo da Coleção Obras Raras

Descrição		Quantidade de exemplares
Obras Raras Gerais	Século XVII	04
	Século XVIII	17
	Século XIX	2738
	Século XX	2465
	Referência	114
	Periódicos	374
Obras Raras de Santa Catarina	Documentos diversos	3005

Fonte: Adaptado de Espíndola e Duarte, 2014, p. 138.

De acordo com Espíndola e Duarte (2014) os dados apresentados no quadro 2 foram obtidos por meio da análise dos Inventários do acervo do Setor de Obras Raras da BPSC, em 25 de outubro de 2013. A Coleção descrita no quadro acima é formada por títulos de literatura, obras de referência (dicionários e enciclopédias), periódicos e publicações de órgãos e fundações.

Para facilitar a recuperação das obras raras, foi elaborado um sistema de etiquetas com cores, representativas da divisão do acervo por século de publicação da obra, assim como o número de sua identificação física no acervo, o qual é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Divisão por séculos da Coleção Obras Raras Gerais

Século	Cor da etiqueta
XVII	Verde
XVIII	Vermelho
XIX	Preto
XX	Azul

Fonte: Adaptado de Espíndola e Duarte, 2014, p. 139.

## 4.2 COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA

A preocupação em ter um espaço destinado a preservar a memória bibliográfica do Estado foi expressa no primeiro regimento da biblioteca, editado em 1894, na gestão de Hercílio Pedro da Luz à frente do Executivo estadual:

Art. 4º - A bibliotheca terá uma secção destinada ao archivo de todos os documentos relativos a conhecimentos memoriaes, presentes ou passados, que se refiram a factos sociaes, que a actos simplesmente administrativos, uma vez que sirvam para a historia do Estado (BIBLIOTHECA PÚBLICA..., 1894, p. 1).

Cumprindo a determinação do Regimento da Biblioteca, o bibliotecário Fernando Machado Vieira<sup>5</sup> descreve o início da organização do Setor de Santa Catarina: “No intuito de organizar, separadamente, a coleção das obras de autores catarinenses e daqueles que, de qualquer modo se relacionam com o Estado de Santa Catarina, foi organizada, em 1931 a Estante Catarinense” (VIEIRA, 1931, f. 10).

Na ocasião, foram destinadas também para esta estante as Leis, os Decretos do Estado, as mensagens dos governadores, os relatórios e falas dos presidentes da extinta Província, a fim de que estivesse ali reunido tudo o que diz respeito ao Estado (VIEIRA, 1931). Neste momento estava sendo estruturado um importante setor da BPSC, que anos mais tarde ocuparia não somente uma estante, mas um andar inteiro do prédio.

Vieira (1931) justifica que o objetivo de separar esse acervo era prestar uma homenagem às letras catarinenses e aos que tinham interesse por elas. Era também com a finalidade de se encontrar com mais presteza o que pertence às intelectualidades literária e política do Estado.

Desta forma, o bibliotecário demonstra preocupação em fazer crescer esse acervo:

Para mostrar o interesse que temos em aumentar, o quanto possível o cabedal de tanto que se tem escrito a respeito do Estado e por seus filhos, vamos nos dirigir a todos que estejam nas condições de enriquecer aquela estante, constituindo ela, assim, uma biblioteca dentro de outra biblioteca (VIEIRA, 1931, f. 10).

---

<sup>5</sup> Fernando Machado Vieira, professor de matemática do Ginásio Catarinense, exerceu o cargo de bibliotecário, de 17 de julho de 1931 a 12 de fevereiro de 1938.



Este gesto pode ter sido o precursor da Lei nº 11.074 de 11 de junho de 1999, na qual foi instituído o Depósito Legal à Biblioteca Pública de Santa Catarina, em que editoras e escritores catarinenses têm o compromisso de doarem um exemplar de cada obra impressa para o seu acervo com o objetivo de “[...] assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 1999). Todavia, esta Lei ainda não está sendo cumprida na sua integralidade por falta de regulamentação específica.

Em 1939, de acordo com o Relatório Anual da Biblioteca, o acervo da Estante Catarinense contava com cerca de 380 livros, entre literatura, escritos sobre a questão de limites, geografia, história, leis, mensagens, relatórios e outras publicações avulsas. O acervo cresceu e se consolidou como importante fonte de pesquisa, originando assim o Setor de Santa Catarina.

Atualmente, o Setor de Santa Catarina localiza-se no terceiro andar da BPSC e seu objetivo é “construir, guardar e preservar, além de disponibilizar a comunidade de qualquer faixa etária e nível cultural informações referentes à memória catarinense” (FCC, [2017]). O acervo abrange todas as áreas do conhecimento, sendo constituído por documentos de autoria catarinense, escritos sobre Santa Catarina e/ou editados no Estado.

A Seção de Jornais Catarinenses estabelece o registro, organização e guarda dos jornais editados e publicados em Santa Catarina a partir de 1845, isto é, 14 anos após a fundação da imprensa catarinense. Entre eles, está o exemplar original mais antigo da coleção, a edição única do jornal *O Relator Catarinense* (Figura 2) e *O Moleque* (Figura 3), de 1885.

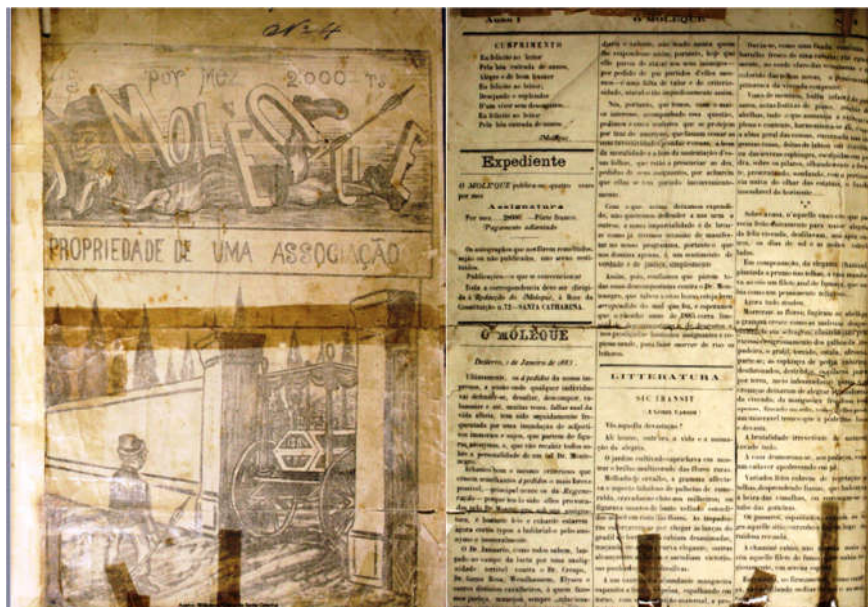
Figura 2 - O Relator Catharinense



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Acervo pessoal da autora (2018).

O exemplar número 1 de *O Relator Catharinense*, apresentado na figura 2, de 18 de outubro de 1845, foi publicado quando o imperador Dom Pedro II e a Imperatriz do Brasil, D. Thereza Maria Cristina, visitaram Desterro, São José da Terra Firme e Caldas de Cubatão (Santo Amaro da Imperatriz). Na ocasião Dom Pedro II inaugurou a primeira rua calçada de Santa Catarina, em Santo Antônio de Lisboa.

Figura 3 - Jornal O Moleque

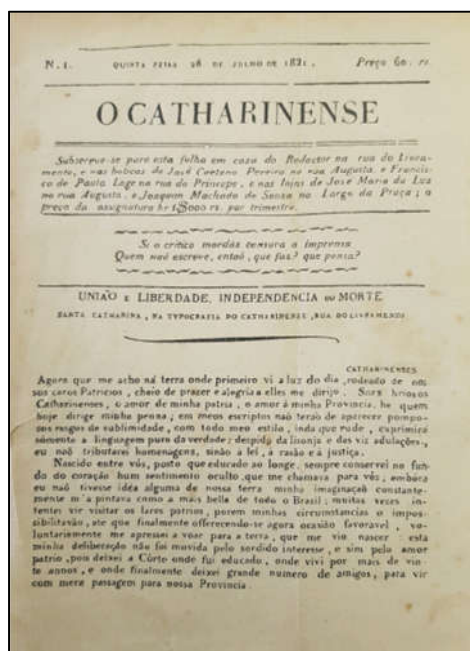


Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Acervo pessoal da autora (2018).

O jornal *O Moleque*, apresentado na figura 3 era editado pelo escritor Virgílio Várzea e desde maio de 1885 passou a ser editado pelo poeta Cruz e Sousa, cerca de cinco meses após o lançamento do periódico (PRANDINI, 2011). O foco do jornal era a crítica política, sempre baseada na sátira e no humor.

A Biblioteca possui ainda uma coleção de microfimes onde aparecem exemplares que se iniciam com *O Catharinense* (Figura 4), fundado em 1831 por Jerônimo Coelho.

Figura 4 - O Catharinense



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Acervo pessoal da autora (2018).

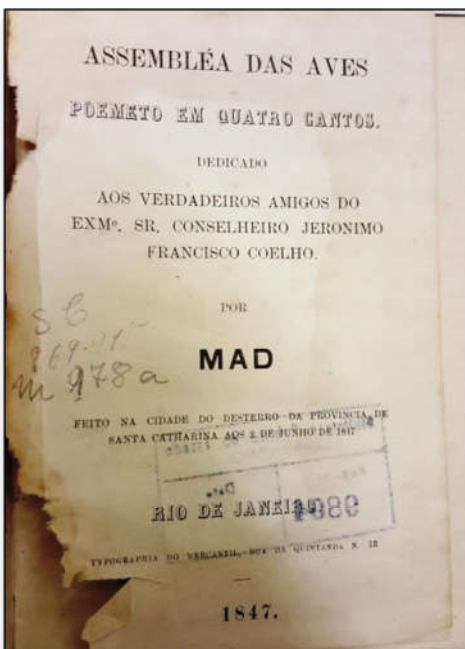
A figura 4 apresenta a edição número 1, fac-símile, do jornal *O Catharinense*. Desde 1831, a imprensa se firmava em Desterro por meio do primeiro jornal da província *O Catharinense*, fundado por Jerônimo Coelho. No editorial de capa da edição inaugural (28 de julho de 1831), o fundador do periódico oposicionista apresenta *O Catharinense* como um sentinela da liberdade movido “pelo amor pátrio” e não “pelo sórdido interesse”. De acordo com a historiadora Maria Joana Pedro (1995) até o final de década de 1840 apenas oito jornais circulavam em Desterro. A partir da década de 1850 dezenas de jornais iniciaram suas atividades na Província, mas a maioria deles não durou mais que algumas edições (FERNANDES, 2005).

Desde 2013, grande parte deste material pode ser consultado por meio da Hemeroteca Digital Catarinense, que é uma parceria realizada entre a BPSC com o Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Udesc e do Instituto de documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH).

Não foi encontrada documentação referente ao início da Coleção ORSC. No entanto, observando os relatórios anuais da BPSC pode-se deduzir que a coleção começou a ser organizada nos anos 80, a partir da seleção de itens do acervo geral da biblioteca, diante da constatação de servidores, de que o acesso aos títulos mais antigos da coleção original de Santa Catarina deveria ser mais restrito, para a sua preservação (MOTTA, 1989).

Para manter a preservação e a segurança da coleção, o contato com o material não é de livre acesso, sendo a retirada dos livros das estantes feita somente por funcionários da biblioteca. A coleção possui obras produzidas entre os séculos XIX e XX. Guarda preciosidades, como a primeira obra literária de autor catarinense: *Assembléa das Aves: poemeto em quatro cantos* publicado em 1847 (figura 5) e *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816* publicado em 1829 (figura 6).

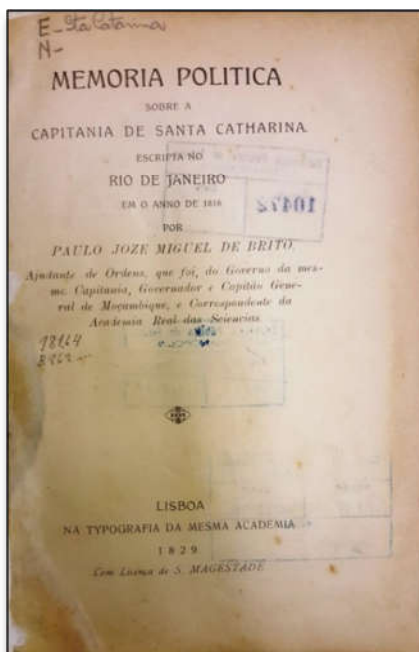
Figura 5 - *Assembléa das Aves: poemeto em quatro cantos*



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Acervo pessoal da autora (2017).

A figura 5 apresenta a folha de rosto do livro *Assembléa das aves*, escrito por Marcelino Antônio Dutra, em 1847. Segundo Cabral (1972) a obra é um poemeto satírico com algum teor histórico.

Figura 6 - Memória política sobre a capitania de Santa Catharina



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção Obras Raras de Santa Catarina. Acervo pessoal da autora (2017).

A figura 6 apresenta a folha de rosto da obra *Memoria política sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*, escrita por Paulo Jose Miguel de Brito, publicada em 1829. O livro contém: Tabela das produções dos três Reinos da Natureza, que há na capitania de Santa Catharina, escritas por ordem alfabética: reino vegetal, reino animal. Mapa das produções, consumo, e exportação da Capitania de Santa Catharina, no ano de 1810.

Aos usuários da Coleção ORSC é permitida somente consulta local, não sendo facultado o empréstimo domiciliar. Mensalmente são consultados cerca de 200<sup>6</sup> (duzentos exemplares).

A reprodução do material somente é permitida por meio de fotografia digital, sem uso de flash, o uso de fotocópias é vetado.

Quanto à organização, é utilizado o sistema armazenagem, em que os exemplares estão dispostos em estantes e sinalizados por uma numeração

<sup>6</sup> Dado retirado do Controle Diário de Consultas as ORSC, referente ao ano de 2016.

sequencial e crescente por ordem de tratamento dos itens, que indica a localização física do exemplar na coleção. (figura 4).

No setor há uma listagem com o título da obra, ano de publicação e o número correspondente para a localização do livro.

Figura 7 - Coleção Obras Raras de Santa Catarina



Fonte: acervo pessoal da autora (2017).

A figura 7 apresenta parte da Coleção ORSC em que é possível visualizar a disposição dos livros na estante. A Coleção é constituída por títulos de literatura, periódicos, teses, dissertações, anais, falas e discursos de autoridades catarinenses, entre outros documentos estaduais. Tais obras ainda se encontram em fase de estudo e inventário, por esse motivo não apresentam divisões específicas por século e tipo de material.

A inexistência de um inventário atualizado dificulta, portanto, quantificar a coleção, conforme mencionado anteriormente os últimos dados são de 2013, em que a coleção apresentava 3.005 (três mil e cinco volumes) (ESPÍNDOLA; DUARTE, 2014).

A gestão da coleção é realizada de modo empírico com critérios não formalizados, conforme descrito anteriormente. Como esses critérios empíricos são muito amplos, não se consegue estabelecer limites de avaliação e desenvolvimento da coleção.

Portanto, reitera-se a necessidade de estabelecimento de critérios de raridade para garantir que o processo de seleção e formação da Coleção ORSC não seja induzido pelo impulso ou preferências pessoais, pois a seleção é a etapa da gestão de acervo que harmoniza a composição da coleção com os interesses e as necessidades dos usuários (VERGUEIRO, 2007).

Na seção a seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos e a forma de apresentação dos resultados desta pesquisa.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Toda pesquisa científica deve ser realizada por meio de um estudo planejado composto por métodos, técnicas e procedimentos que permitam alcançar os objetivos visando sua aceitação perante a comunidade científica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 253), a metodologia é “[...] o capítulo que apresenta, descreve e detalha os materiais, os métodos/procedimentos e as técnicas que foram utilizados na realização da pesquisa”.

Assim, esta seção trata da metodologia adotada nesta pesquisa com a finalidade de cumprir os objetivos propostos. O quadro 4 descreve resumidamente a metodologia utilizada.

Quadro 4 - Desenho da pesquisa

Tipo de Pesquisa			Características		
Quanto à natureza	Quanto à forma de abordagem do problema	Quanto aos objetivos da pesquisa	Quanto aos procedimentos	Gerais	Tipos de instrumento
APLICADA	QUALITATIVA	EXPLORATÓRIA	Bibliográfica	Base em material já elaborado	Fontes bibliográficas
			Documental	Fontes primárias	Documentos institucionais
			Levantamento	Conhecer as práticas	Questionário

Fonte: adaptado de Prodanov e Freitas (2013, p. 72).

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Sob o ponto de vista da sua natureza, esta pesquisa é caracterizada como aplicada, pois “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 5). Os produtos e/ou processos gerados a partir desse tipo de pesquisa têm a finalidade de melhorar ou criar soluções para o ambiente investigado e geralmente está voltada para processos de uma instituição ou organização. De acordo com Gray (2012), os



resultados encontrados neste tipo de pesquisa, mesmo com todo o embasamento teórico, não se limitam a teoria, mas a vida prática, ao mundo real.

Com relação à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa, em que o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão. Os dados coletados nestes tipos de pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada (PRODANOV; FREITAS, 2013).

De acordo com os objetivos propostos, trata-se de uma pesquisa exploratória, visando a um consistente levantamento bibliográfico e documental. Do ponto de vista de Gray (2012), a pesquisa exploratória busca explorar o acontecimento, havendo a possibilidade de questionar a respeito de determinado problema ou lacuna no mundo real. A pesquisa exploratória permite que o pesquisador aumente sua experiência em torno do objeto de estudo e aprofunde seu conhecimento acerca do problema a ser pesquisado.

Geralmente a pesquisa exploratória é utilizada no início da pesquisa para “[...] auxiliar na definição de objetivos e levantar informações sobre o assunto objeto de estudo” (MICHEL, 2009, p. 40). Triviños (2012) descreve a pesquisa exploratória como aquela que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade e experiência com o problema, com vistas a torná-lo mais claro ou a construir hipóteses.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, isto é, a maneira pela qual serão obtidos os dados, é considerada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de fontes secundárias, isto é, documentos já publicados, tais como: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, monografias, dissertações, teses, internet entre outros (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa documental é elaborada por meio de documentos primários, ou seja, “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]”, como “[...] documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55-56). Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo os autores, e o que as diferencia é a natureza das fontes.

A pesquisa de levantamento (survey) ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer através de algum tipo

de questionário. Em geral, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

## 5.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Para compor o universo desta pesquisa foi necessário identificar quais são as Bibliotecas Públicas Estaduais (BPEs) situadas no Brasil. A relação dessas bibliotecas foi obtida a partir do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão da administração federal do Brasil encarregado da política nacional das bibliotecas públicas. A relação das instituições cadastradas no SNBP está disponível no seu portal e corresponde, portanto, ao universo da pesquisa.

De acordo com os dados do SNBP (os dados mais recentes são de 2015), o Brasil tem 6102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal. Deste total, 43 são bibliotecas estaduais (APÊNDICE A). No entanto, foram pesquisadas 42 bibliotecas porque uma delas corresponde a instituição que é objeto deste estudo, portanto foi retirada do universo da pesquisa. Ao todo 6 instituições não possuíam endereço eletrônico cadastrado no SNBP. Para cada uma dessas instituições foi realizada uma busca livre no *Google* com o intuito de localizar os *sites* institucionais e o endereço de *e-mail*.

Uma vez que o instrumento da coleta de dados seria encaminhado por meio de correio eletrônico e duas instituições não possuíam endereço e *e-mail*, estas foram desconsideradas.

Portanto, foram selecionadas 40 BPEs para compor o universo da pesquisa, que resultou no quadro 5.

Quadro 5 - Bibliotecas Públicas Estaduais

	ESTADO	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
1	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade	l.nettoo@gmail.com
2	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Elomar de Souza Braga	rejanea.brito@ac.gov.br
3	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Luiz Galvez Rodrigues de Árias	janielenn@hotmail.com
4	ACRE	Biblioteca Pública Estadual	helena.carloni@ac.gov.br
5	ACRE	Biblioteca Púb. Est. Luíza de Souza F. de Paula	adriano.leandro@yahoo.com.br

6	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Ancelmo Marinho Lessa	prof_evandro_dias@hotmail.com
7	ALAGOAS	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos	bpe.alagoas@gmail.com
8	AMAPÁ	Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda	bibpub@fundecap.ap.gov.br
9	AMAZONAS	Biblioteca Pública do Amazonas	bpublica@culturamazonas.am.gov.br
10	AMAZONAS	Biblioteca Pública Estadual de Silves	bpublica@culturamazonas.am.gov.br
11	BAHIA	Biblioteca Pública Estadual da Bahia	bpeb.fpc@fpc.ba.gov.br
12	BAHIA	Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	bjmjrufpc@fpc.ba.gov.br
13	BAHIA	Biblioteca Anísio Teixeira	bat.fpc@fpc.ba.gov.br
14	BAHIA	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	bpta.fpc@fpc.ba.gov.br
15	BAHIA	Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	biml.fpc@fpc.ba.gov.br
16	BAHIA	Biblioteca de Extensão	bibex.fpc@fpc.ba.gov.br
17	CEARÁ	Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel	enide@secult.ce.gov.br
18	ESPÍRITO SANTO	Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha	sebp@secult.es.gov.br
19	GOIÁS	Biblioteca Pública Estadual Pio Vargas	faleconosco@secult.go.gov.br
20	MARANHÃO	Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite	bpbl@cultura.ma.gov.br
21	MINAS GERAIS	Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	bibliotecapublica.sub@cultura.mg.gov.br
22	MATO GROSSO	Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça	bibliotecaestadual@cultura.mt.gov.br
23	MATO GROSSO DO SUL	Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim	fcmspatrimonio@net.ms.gov.br
24	PARÁ	Biblioteca Pública Arthur Vianna	biblioteca.fcptn@prodepa.gov.br
25	PARAÍBA	Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista	heleniseoliveira@hotmail.com
26	PARANÁ	Biblioteca Pública Estadual do Paraná	bppgeral@pr.gov.br

27	PERNAMBUCO	Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco	gleyde@educacao.pe.gov.br
28	PIAUÍ	Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwel de Carvalho	cromweldecarvalho@bol.com.br
29	RIO DE JANEIRO	Biblioteca Parque de Niterói	faleconosco.bpn@bibliotecasparque.rj.gov.br
30	RIO DE JANEIRO	Biblioteca Parque Estadual	bibliotecapublica@bperj.rj.gov.br
31	RIO DE JANEIRO	Biblioteca-Parque de Manguinhos	faleconosco@bibliotecademanguinhos.rj.gov.br
32	RIO DE JANEIRO	Biblioteca-Parque da Rocinha	faleconosco.bpr@bibliotecasparque.rj.gov.br
33	RIO GRANDE DO NORTE	Biblioteca Pública Câmara Cascudo	bpcc.rn@bol.com.br
34	RIO GRANDE DO SUL	Biblioteca Pública Estadual	secdet@pmriozinho.com.br
35	RIO GRANDE DO SUL	Biblioteca Pública Estadual Lígia Beatriz Meurer	smecroca@gmail.com
36	RONDÔNIA	Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto	chaviense@bol.com.br
37	RORAIMA	Biblioteca Pública Estadual de Roraima	biblpublica@osite.com.br
38	SÃO PAULO	Biblioteca de São Paulo	biblioteca@divbibliotecas.sp.gov.br
39	SERGIPE	Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dórea	biblioteca.publica@cultura.se.gov.br
40	SERGIPE	Biblioteca Pública Infantil Aglaé d'Ávila Fontes	biblioteca.publica@cultura.se.gov.br

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do SNBP (2018).

Na próxima subseção, a seguir, será detalhado o procedimento de coleta de dados.

### 5.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados o questionário e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento dos “[...] principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, abordados anteriormente por outros pesquisadores para a obtenção de dados para a pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 80).

Essa etapa foi realizada por meio de pesquisas em fontes impressas e digitais, como livros, artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos e anais de eventos da área da Ciência da Informação. Para isso, foram pesquisados nos idiomas inglês e português os seguintes termos: Obras raras, Livro raro, Coleção especial, Critérios de raridade bibliográfica e Biblioteconomia de livros raros. A busca foi realizada nas seguintes fontes de informação: *Scientific Electronic Libraryn (SciELO)*, *Library and Information Science Abstracts (Lisa)*, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). As áreas de interesse para a investigação foram Biblioteconomia e Ciência da Informação. O período cronológico de abrangência foi de 2001 a 2017.

Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível cumprir o primeiro objetivo específico deste estudo, que é: Identificar na literatura conceitos e características de obra rara e critérios de raridade bibliográfica. Esses conceitos e características permearam toda a escrita da dissertação e forneceram o embasamento teórico necessário para a construção do produto final.

Para atender à realidade da BPSC, também foram estudados os critérios de raridade e a recomendação metodológica proposta por Ana Virginia Pinheiro (1989), em sua publicação: *Que é livro raro? uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Conforme exposto anteriormente esses critérios envolvem, principalmente: limite histórico; aspectos bibliológicos; valor cultural; pesquisa bibliográfica e características do exemplar.

Toda a documentação localizada sobre a Coleção ORSC foi examinada e, quando relevante, foi utilizada neste estudo, configurando pesquisa documental.

Para alcançar o segundo objetivo específico deste estudo, qual seja: 'pesquisar os critérios de raridade bibliográfica utilizados por bibliotecas públicas estaduais que possuem coleções de obras raras' optou-se por utilizar o questionário como instrumento de coleta de dados. Do ponto de vista de Gray (2012) o questionário talvez seja um dos instrumentos de pesquisa mais utilizados para a coleta de dados. Prodanov e Freitas (2013) afirmam que, quanto à forma, as perguntas do questionário podem ser: abertas, fechadas, múltipla escolha ou perguntas com respostas escalonadas.

Nesta pesquisa, utilizou-se o questionário *online* por formulário do *Google drive*, o *Google Forms* (APÊNDICE B) com perguntas abertas e fechadas. Para validação do questionário foi realizado um pré-teste com uma biblioteca pública

municipal da Grande Florianópolis tendo em vista a qualificação e correção de possíveis equívocos nas perguntas.

O questionário enviado foi composto por uma apresentação da pesquisa, em seguida foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ao final o participante optou por responder ou não o questionário. O aceite foi considerado como assinatura do TCLE.

Para a realização deste estudo, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEPSH/UDESC). Após apreciação e aprovação deste comitê foi emitido o parecer consubstanciado (ANEXO A) e então teve início a coleta de dados.

#### 5.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Os dados coletados foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011, p. 37), é um método com características empíricas “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A análise de conteúdo é um método em torno de três polos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

A pré-análise é a fase da organização e sistematização das ideias iniciais, de modo a conduzir um esquema para o desenvolvimento das próximas fases. A segunda fase consiste na exploração do material e visa analisar os dados da pesquisa a fim de codificar as informações relevantes, isto é, classificar e categorizar as informações. Por fim, a terceira fase consiste no tratamento das informações obtidas e na interpretação dos dados de acordo com o referencial teórico permitindo avançar para conclusões que levem ao progresso da pesquisa (BARDIN, 2011).

Como discutido anteriormente, os critérios de Pinheiro (1989) são parte do processo metodológico dessa pesquisa, na medida em que o estudo espera confrontar os critérios de raridade disponíveis nas BPEs, que puderem ser evidenciados por essa pesquisa, com a lista de critérios propostos por Pinheiro (1989). Não significa que serão considerados somente aqueles que a autora prevê, mas ao contrário, a lista dos cinco critérios será examinada à luz da evidência empírica.

Assim sendo, os dados foram tratados e analisados da seguinte maneira:

Inicialmente foram criadas categorias para o agrupamento dos critérios de raridade. As categorias foram criadas a partir da lista de critérios proposta por Pinheiro (1989), quais sejam: Limite histórico, Aspectos bibliológicos, Valor cultural, Pesquisa bibliográfica e Características do exemplar.

Em seguida, foram realizadas leituras dos materiais selecionados na pesquisa bibliográfica e as informações relevantes foram transcritas em cada categoria. As informações coletadas por meio dos questionários foram tabuladas e também inseridas em cada categoria correspondente.

Por fim, a partir das categorias criadas, realizou-se a inferência entre as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e nos questionários com os critérios da Pinheiro (1989).

Dessa maneira, a partir das categorias criadas iniciou-se a construção de uma proposta com critérios relevantes para a coleção em estudo, conforme será descrito na seção 7.

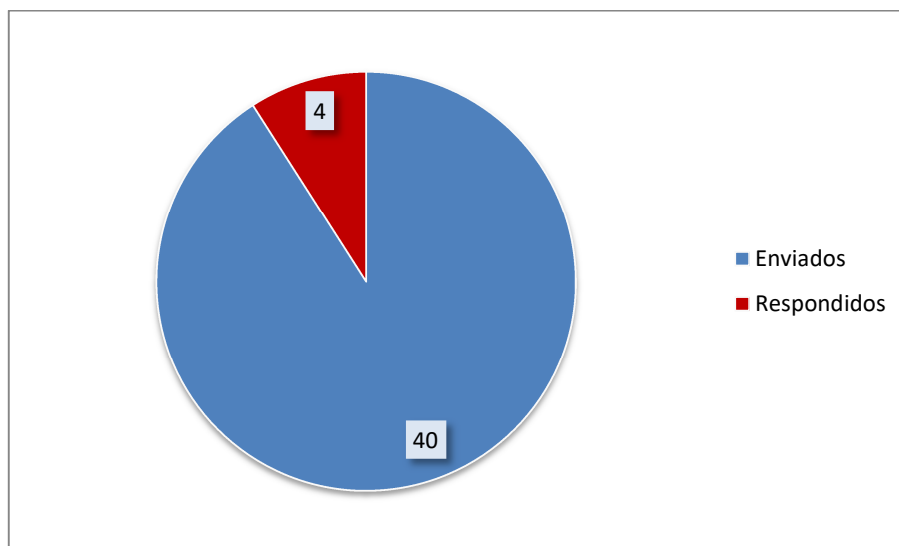
## 6 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se a análise e a interpretação dos dados obtidos por meio dos questionários.

Para fins de anonimato das instituições, estas foram representadas pela sigla BPE (Biblioteca Pública Estadual) seguida de algarismo arábico.

No dia 28 de novembro de 2017 foi encaminhado um e-mail às 40 bibliotecas públicas estaduais solicitando o preenchimento do questionário e o documento contendo os critérios de raridade bibliográfica empregados na instituição. Neste primeiro contato apenas uma instituição respondeu o questionário. Decorridos 14 dias do primeiro contato, foi reenviado outro e-mail solicitando a participação das instituições e fixando a data limite de 20 de dezembro de 2017 para a devolutiva do questionário. Neste segundo momento, obteve-se mais 3 respostas. Uma última tentativa de obter mais retorno foi feita em 16 de janeiro de 2018. Dessa vez não se obteve nenhuma resposta. No total, 4 bibliotecas responderam ao questionário, cerca de 10% do universo da pesquisa, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Total de respondentes



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

A alta taxa de não respondentes foi uma surpresa negativa, no entanto esta ocorrência é mais comum do que parece.

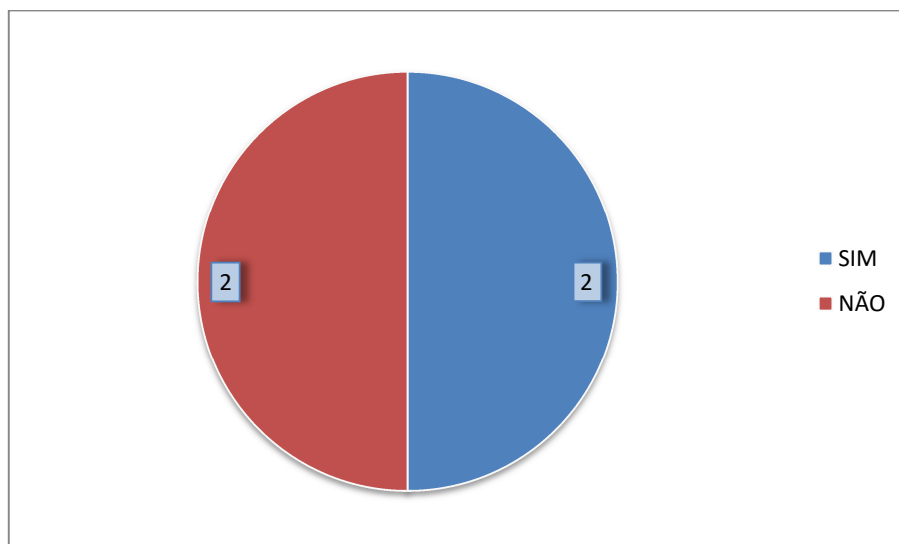


Os autores Cendón, Ribeiro e Chaves (2014) publicaram um artigo em que analisam as reações dos respondentes de pesquisas *web survey*, por meio de 1715 comentários, visando identificar as causas de desistências dos participantes e as ocasiões em que o recipiente decide não responder. De acordo com os autores há um crescimento na taxa de não respondentes. A maioria deles, inicialmente, parecia ter a intenção de participar da pesquisa, comentam os autores, mas para eles os fatores de ordem pessoal, institucional ou técnica tiveram maior ocorrência que para os respondentes, levando-os a desistir. As tecnologias proporcionam vários benefícios para a realização de pesquisas, mas trazem também algumas dificuldades. Uma dessas é a tendência para o aumento da taxa de não respondentes (CEDÓN; RIBEIRO; CHAVES, 2014).

As análises dos questionários recebidos estão dispostas na sequência, apresentadas na forma de gráficos ou quadros para melhor visualização das informações.

As quatro instituições que responderam o questionário possuem coleção de obras raras, no entanto somente duas possuem critérios de raridade para essa coleção, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Critérios para identificação das obras raras



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

A questão 4 do questionário indagou sobre os critérios de raridade adotados pela biblioteca. O que se pode observar no quadro 6 é que as bibliotecas que possuem acervos raros nem sempre possuem critérios próprios definidos para seu

acervo, validando a afirmação de Araújo (2015) quando alerta que há o emprego demasiado e automático dos critérios para estabelecimento de raridade da BN, em grande parte das bibliotecas de nosso país.

Quadro 6 - Lista de Critérios para identificação das obras raras

Biblioteca	Quais são os critérios de raridade adotados pela biblioteca?
<b>BPE1</b>	Não respondeu
<b>BPE2</b>	Os mesmos adotados pela Biblioteca Nacional
<b>BPE3</b>	Não respondeu
<b>BPE4</b>	Obras impressas nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII; Obras editadas no Brasil até o fim do século XIX. Com características especiais; Edições de luxo, especiais, com belas encadernações; Obras ilustradas por artistas e fotógrafos renomados; Edições de tiragem reduzida; Edições especiais e comemorativas; Edições censuradas; Edições críticas; Obras com anotações manuscritas do autor; Primeiras edições; Obras premiadas; Obras curiosas, que possuam características especiais: (tamanho, tipo de material usado na encadernação e na impressão); Obras esgotadas; Exemplares personalizados

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

Quando perguntado como as bibliotecas elaboraram os critérios de raridade, a BPE2 respondeu que seus critérios ainda estão sendo construídos e a BPE4 respondeu que seus critérios foram baseados no Planor e em instituições semelhantes, conforme está descrito no quadro 7.

Quadro 7 - Elaboração dos critérios

Biblioteca	Como foram elaborados esses critérios? Foram baseados em outras instituições?
<b>BPE1</b>	Não respondeu
<b>BPE2</b>	Estão em construção
<b>BPE3</b>	Não respondeu
<b>BPE4</b>	Sim. Baseado nos critérios do Planor, da Biblioteca Nacional, e de instituições congêneres que possuem acervos raros.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

Frente ao exposto, é possível observar que as bibliotecas se baseiam nos critérios da FBN e em outras instituições para elaborar seus próprios critérios. As bibliotecas BPE1 e BPE3 não responderam a essa pergunta e nem a pergunta anterior, então não é possível prever quais os critérios que são utilizados por estas instituições.

Ao ser indagado se a biblioteca possui coleção destinada à preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica do Estado, 3 instituições responderam que sim e somente uma respondeu negativamente, como exposto no quadro 8.

Quadro 8 - Coleção destinada à preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica do Estado

Biblioteca	A biblioteca possui coleção destinada à preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica do Estado?	Quais os critérios utilizados para caracterizar essa coleção?
<b>BPE1</b>	Não	Não respondeu
<b>BPE2</b>	Sim	Autores Mineiros (livros autografados ou não); Assunto sobre Minas Gerais (mesmo que o autor não seja mineiro).
<b>BPE3</b>	Sim	Sou diretora da Biblioteca <b>BPE3</b> , a qual faz parte do Sistema de Bibliotecas Públicas, e o processamento técnico é destinado para o setor específico, que dar [sic] o tratamento adequado.
<b>BPE4</b>	Sim	Obras de autores baianos e/ou obras sobre a Bahia (seção de documentação baiana)

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

Os critérios utilizados pelas bibliotecas BPE2 e BPE4, transcritos no quadro 8, são bastante semelhantes. Basicamente os critérios para qualificar esse acervo são obras de autores nascidos e/ou residentes nos referidos Estados e obras referentes ao estado. A BPE3 não respondeu quais critérios são utilizados, no entanto descreveu que um setor específico é responsável pelo tratamento adequado da coleção.

Quadro 9 - Elaboração dos critérios regionais

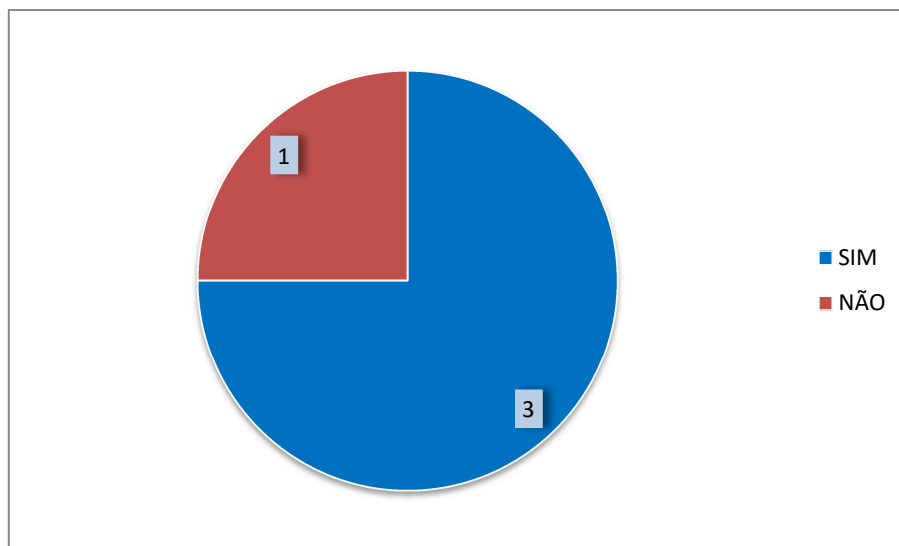
<b>Biblioteca</b>	<b>Como foram elaborados esses critérios? Foram baseados em outras instituições? (Favor especificar as fontes: pessoas/instituições/literatura que serviram de base para a definição dos critérios).</b>
<b>BPE1</b>	Não respondeu
<b>BPE2</b>	Foi constituída uma comissão de especialistas (professores, bibliotecários) que fizeram o estudo da coleção para estabelecer os critérios. Usaram como guia as orientações dadas pela BN.
<b>BPE3</b>	Getec é o setor responsável, por todo acervo das bibliotecas do sistema.
<b>BPE4</b>	Elaborados na própria subgerência, aprovados em reuniões, e logicamente respaldados nos critérios de instituições congêneres.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

O quadro 9 apresenta as respostas quanto ao questionamento sobre a elaboração dos critérios para o acervo regional. A biblioteca BPE1 respondeu que foi formada uma comissão e se utilizou das orientações dadas pela FBN, para formular seus próprios critérios. A BPE2 possui um setor responsável por gerir o acervo, entretanto não deixou evidente como foram elaborados os seus critérios. Finalmente, a BPE4 descreveu que seus critérios foram elaborados na subgerência e que critérios de outras instituições serviram de apoio.

Na penúltima questão, foi perguntado se existe alguma documentação que oficializa os critérios de raridade na instituição: 3 bibliotecas responderam que sim, seus critérios de raridade estão oficializados em algum documento e uma biblioteca respondeu que não possui documento oficial, o Gráfico 3 ilustra esse resultado.

Gráfico 3 - Documentação oficial referente aos critérios de raridade



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

A última pergunta feita às bibliotecas foi sobre o tipo de documento em que estão registrados os critérios. No quadro 8 é possível observar que a BPE2 possui seus critérios de raridade oficializados em Regimento Interno. A resposta da BPE3 não corresponde ao questionamento feito e, a BPE4 respondeu que possui seus critérios de raridade oficializados no regimento da biblioteca.

Quadro 10 - Tipo de Documentação referente aos critérios de raridade

Biblioteca	Que tipo de documentação (lista, resolução, regimento, documento interno)?
<b>BPE1</b>	Não respondeu
<b>BPE2</b>	Regimento interno
<b>BPE3</b>	Existe uma Gibiteca no setor infantil, com vários gibis raros.
<b>BPE4</b>	Documento elaborado pela subgerência (documento interno, aprovado), constando do regimento da biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

Por fim, foi solicitado as bibliotecas que encaminhassem por e-mail, o documento que contém as informações referentes aos critérios de raridade bibliográfica adotados pela instituição, entretanto não houve retorno de nenhuma delas.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de se socializar experiências e conhecimentos sobre critérios de raridade e de ampliar os estudos sobre as coleções raras e especiais que possibilitará o amadurecimento da área e, mesmo, o

desenvolvimento intelectual de profissionais bibliotecários. Araújo (2015) sugere que este estudo contemple três aspectos: 1) desenvolvimento em torno de uma crítica epistemológica ao conceito de raridade; 2) discussão sobre o objeto de estudo da raridade de forma mais aberta com as demais Ciências Sociais e; 3) aproximação com as principais categorias e conceitos da Ciência da Informação. A partir dos estudos de Rendón-Rojas (2012), Araújo (2015) propõe uma adaptação aos estudos da raridade que poderiam mobilizar conceitos referentes a: “coleccionadores”, “impressores”, “curadores”, “livros raros”, “coleções especiais”, “documentos”, “instituições de memória”; “geração de estoques raros”, “tratamento da informação para coleções raras e especiais”, “digitalização”, “gestão de coleções raras e especiais”, “catalogação de coleções raras e especiais”, etc.

Com base nos dados e nas discussões expostas neste estudo, a seguir, se apresenta uma proposta de critérios de raridade para a Coleção ORSC.

## 7 PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA

Esta parte da dissertação é a parte principal do que seria ou será o documento de uma política de critérios na forma de uma resolução ou instrução normativa conforme as políticas públicas de documentação oficial da BPSC.

Esta proposta de critérios de raridade foi construída com base na revisão de literatura realizada para a construção dos capítulos desta dissertação, nos critérios estabelecidos pelo Planor, nas respostas dos questionários e a partir da análise das particularidades da Coleção ORSC.

No momento da análise do exemplar um ou mais critérios devem ser identificados para que este seja classificado como obra rara. Essa demanda tem relação com análises futuras da coleção e que podem identificar outros títulos de livros que poderiam ser transferidos da coleção geral para a Coleção ORSC.

Assim sendo, foram definidos sete critérios, apresentados no quadro 11:

Quadro 11 - Critérios propostos e referidos autores (continua)

<b>Critérios propostos</b>	<b>Autores</b>
<b>Critérios relacionados ao limite histórico</b>	
Livros que se configuram como “incunábulo locais”;	ESPÍNDOLA; DUARTE (2014)
Livros impressos em Santa Catarina há 100 anos ou mais;	PINHEIRO (1989); AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (2016)
Valor histórico do livro para o Estado de Santa Catarina.	PINHEIRO (2015); UNIVERSITY OF GLASGOW [2012?]
<b>Critérios relacionados aos aspectos bibliológicos</b>	
Livros em destaque pela materialidade (impressão, formato, encadernação, entre outros).	PINHEIRO (2010); AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (2016)
<b>Critérios relacionados ao valor cultural</b>	
Livros com tiragens especiais, muitas vezes numeradas.	HELDE (2014)
<b>Critérios relacionados à pesquisa bibliográfica</b>	
Valor bibliográfico e de pesquisa	AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (2016)

Quadro 11 - Critérios propostos e referidos autores (conclusão)

<b>Critérios relacionados às características do exemplar</b>	
Marcas extrínsecas da obra: exemplares com anotações manuscritas de importância - incluindo dedicatórias.	PINHEIRO (1989)

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora (2018).

A seguir, será justificado cada um dos critérios propostos:

Critérios relacionados ao limite histórico:

- a) **Livros que se configuram como “incunábulos locais”:** Primeiras impressões de determinado município, que datam da primeira gestão administrativa da emancipação dos municípios.
- b) **Livros impressos em Santa Catarina há 100 anos ou mais:** A data de publicação deverá ser levada em consideração na identificação e qualificação dos livros que farão parte da Coleção ORSC, porque quanto mais tempo um exemplar sobrevive, mais ele se torna único em relação ao testemunho de seu próprio tempo e lugar e em relação à tecnologia utilizada para a sua criação. Pode-se definir uma data de “gatilho” (1940) e, considerar todos os livros publicados antes dela.
- c) **Valor histórico de cada livro para o Estado de Santa Catarina:** Livros considerados de valor significativo por estarem alinhados com a missão da BPSC e/ou pelo compromisso da instituição com a preservação e o acesso a longo prazo das obras que contêm a memória bibliográfica e cultural do Estado, independente da data de edição.

Critérios relacionados aos aspectos bibliológicos:

- d) **Livros em destaque pela materialidade (impressão, formato, encadernação, entre outros):** Livros com aspectos pouco comuns em sua costura, tipografia e acabamento. Edições de luxo, edições de formato não convencional (pouco usuais, miniaturas). Livros com parte móveis ou dobráveis. Livros feitos artesanalmente ou de material incomum.

Critérios relacionados ao valor cultural:

- e) **Livros com tiragens especiais, muitas vezes numeradas:** Edições com tiragens reduzidas, aproximada de 100 exemplares. Edições clandestinas,



edições esgotadas, edições personalizadas, edições censuradas, edições comemorativas.

Critérios relacionados à pesquisa bibliográfica:

- f) **Valor bibliográfico e de pesquisa:** *Fac-símiles* ou edições reimpressas que estejam disponíveis para substituir o original na coleção.

Critérios relacionados às características do exemplar:

- g) **Marcas extrínsecas da obra: exemplares com anotações manuscritas de importância - incluindo dedicatórias:** exemplares com marcas de propriedade, anotações manuscritas que esclareçam ou comentem a obra, feitas pelo próprio autor ou colecionador (marcas de leitura) e/ou dedicatórias dos autores das obras (Figura 8) ou de renomadas personalidades catarinenses. Elementos acrescentados aos livros após sua publicação, personalizando o exemplar. Tais elementos são, por exemplo: marcas de propriedades: *ex-libris* (Figura 8), carimbos, brasões, assinaturas, indicando que aquele exemplar pertenceu a personalidades catarinenses famosas e/ou importantes (PINHEIRO, 1989).

Figura 8 – Dedicatória do autor



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina – Coleção ORSC. Acervo pessoal da autora (2018).

A figura 8 corresponde a dedicatória do autor catarinense Tito Carvalho (1896-1965) à BPSC, registrada no exemplar *Bulha de d'arroio* (1939).

Figura 9 - *Ex-libris*



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina - Coleção ORSC. Acervo pessoal da autora (2018).

A figura 9 ilustra o *ex-libris* do poeta e ficcionista catarinense Othon Gama d'Eça (1892-1965).

Definidos os critérios de raridade a BPSC poderá num primeiro momento, aplicá-los para alterar a estrutura da Coleção ORSC, transferindo os exemplares que não se qualificam como raros para o acervo geral.

Para tanto, serão apresentados a seguir, os procedimentos necessários para a implantação da Política de Critérios de Raridade. Esses procedimentos foram adaptados das diretrizes da ALA (2016) para a seleção e transferência de materiais de coleções gerais para coleções especiais.

#### 7.1 PROCEDIMENTOS DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE CRITÉRIOS DE RARIDADE PARA A COLEÇÃO OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA

A implantação da política de critérios de raridade se consolida em quatro fases processuais:

- 1) Identificação dos exemplares que atendem aos critérios de raridade;
- 2) Revisão e decisão de transferir ou não os exemplares;
- 3) Catalogação e registro fotográfico dos exemplares;
- 4) Transferência física dos exemplares.

### **7.1.1 Identificação dos exemplares que atendem aos critérios de raridade**

O processo de identificação dos exemplares poderá se dar por meio da realização de leitura de estantes, análise de relatórios, sugestão de funcionários e usuários e a partir do catálogo *on-line*. Esse processo também pode acontecer durante a realização de atividades como a catalogação e a classificação e a seleção de materiais provenientes de doações.

### **7.1.2 Revisão e decisão de transferir ou não os exemplares**

A decisão de transferir ou não os exemplares, caberá ao bibliotecário responsável pela Coleção ORSC.

### **7.1.3 Catalogação e registro fotográfico dos exemplares**

Realizar a catalogação e a indexação dos livros no sistema de gerenciamento de acervo da BPSC. Em seguida, todos os exemplares da Coleção ORSC deverão ser fotografados e fichados em formulário próprio (conforme Apêndice C), para futuramente fazer parte de um catálogo.

### **7.1.4 Transferência física dos exemplares**

Uma vez selecionados os exemplares que não se enquadram nos critérios da Coleção ORSC é essencial transferir os exemplares para a coleção geral. A mudança física deve ser concluída em tempo hábil.

A implantação dos critérios de raridade para a Coleção ORSC evidenciará o desenvolvimento coerente da coleção. A execução desses critérios atuará como instrumento na tomada de decisões para a composição e desenvolvimento, ao menos no limite do possível, de uma coleção consistente de acordo com a missão da BPSC, para atender a contento as reais necessidades dos usuários.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os critérios utilizados para se qualificar um livro como raro. Em bibliotecas públicas estaduais essa tarefa não é fácil, pois, normalmente existe uma grande variedade de acervo e também a missão de preservar a memória bibliográfica e cultural do Estado ao qual pertence.

A BPSC ainda não possuía um estudo semelhante ao que foi realizado e a pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a prática de identificação das Obras Raras e sobre a necessidade de formar uma equipe multidisciplinar para a discussão de critérios de raridade. Pinheiro (1990) destaca que a equipe deve incluir bibliotecários, arquivistas, museólogos, historiadores, especialistas em letras e lingüística, restauradores, juristas, paleógrafos, encadernadores, historiadores da arte, químicos, biólogos, sanitaristas, administradores, engenheiros, arquitetos, bibliófilos, livreiros, editores, etc.

A pesquisa mostrou que a teoria é de suma importância para se refletir sobre as práticas do dia a dia e que há poucos estudos sobre os livros raros e a implantação de políticas de desenvolvimento específicas em acervos raros.

Em relação aos objetivos específicos estabelecidos, todos foram alcançados nesta pesquisa. O primeiro objetivo buscou identificar na literatura conceitos e características de obra rara e critérios de raridade bibliográfica que permearam toda a dissertação e que foram de fundamental importância para a construção do produto final.

O segundo objetivo específico visou pesquisar os critérios de raridade bibliográfica utilizados por bibliotecas públicas estaduais que possuem coleções de obras raras. Mesmo tendo alcançado um pequeno número de respostas foi possível observar que, do ponto de vista prático, as BPEs, de forma bastante geral, têm como parâmetro para definição do que é um livro raro os critérios de raridade pré-estabelecidos pela FBN aos quais são adicionadas peculiaridades e necessidades locais, isto é, cada instituição define como raros, títulos considerados fundamentais para a preservação de sua memória.

O terceiro e último objetivo específico visou formular critérios para contribuir com a identificação das Obras Raras de Santa Catarina, existentes no acervo da BPSC e/ou das obras que poderão ser adquiridas futuramente. Esse objetivo foi

alcançado na seção 7 desta dissertação em que se apresenta a proposta de critérios de raridade para a Coleção ORSC.

É oportuno ressaltar que essa dissertação não é o documento final, este deverá vir de forma mais sucinta compreendendo parte dos resultados obtidos na pesquisa, em uma linguagem mais direta e que possa funcionar como um dos documentos oficiais da BPSC, caso essa política de critérios seja aprovada e adotada pela biblioteca. O manual deverá ter a redação conforme os outros documentos e regimentos da BPSC e isso não é finalidade dessa dissertação, sendo essa adequação dos critérios à documentação oficial uma tarefa para outro momento, compreendendo um trabalho técnico e não de pesquisa.

Reitera-se que estes critérios propostos para a BPSC podem ser adaptados para a realidade de outras bibliotecas públicas. Como já citado, Araújo (2015) afirma que as instituições são diferentes umas das outras e as respectivas bibliotecas têm histórias distintas com coleções formadas a partir de motivações diversas. Este autor pondera que “os significados dados aos documentos podem ser outros” (ARAÚJO, 2015, p. 22), conforme já mencionado na seção 6. No que tange às bibliotecas públicas estaduais, cada uma carrega a influência do Estado a que pertence na formação e no desenvolvimento de seu acervo.

Indica-se como sugestão de trabalhos futuros, um estudo sobre políticas de preservação dentro da Coleção ORSC. Outra sugestão seria a de estudos sobre a digitalização do acervo raro, pois, de acordo com Márdero Arellano (1998) uma pesquisa publicada no Brasil detectou que coleções de livros raros em bibliotecas do país e do exterior foram valorizadas em função do acesso digital. A digitalização transpõe as barreiras tradicionais causadas pela distância geográfica e permite a utilização de coleções raras em maior medida do que o acervo físico da biblioteca.

Por fim, pretende-se que este trabalho contribua para iniciativas em outras bibliotecas, despertando uma reflexão sobre a necessidade das instituições que possuem acervos raros se mobilizarem no sentido de identificar esses acervos, preservá-los, definir critérios de raridade e divulgá-los para a sociedade. Uma maneira para a divulgação é elaborar um catálogo no formato impresso ou digital.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA) (Filadélfia). **Guidelines on the Selection and Transfer of Materials from General Collections to Special Collections**. 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/selctransfer>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação - o caso da biblioteca nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**. v. 4, n.2, p. 25-42, jun. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>>. Acesso em: 1 maio 2017.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. O acervo bibliográfico do gabinete português de leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 43-60, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcl/article/viewFile/65/64>>. Acesso em: 1 maio 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BIBLIOTECA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BPSC). **Relatório**. Florianópolis, 1984.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA (BPSC). **Relatório: movimento de usuários**. 2016.

BIBLIOTHECA PUBLICA DO ESTADO DE SANTA CATHARINA. **Regulamento**. Florianópolis: Typ. da Republica, 1894.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estud. av.** [online]. 2002, vol.16, n. 44, p. 173-185. ISSN 0103-4014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100010)>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: Memória 1. Florianópolis: Lunardelli, 1972.

CARTERI, Karin Kreismann. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/59>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 1-20, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/216>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CENDÓN, Beatriz Valadares; RIBEIRO, Nádia Ameno; CHAVES, Consuelo Joncew. Pesquisas de survey: análise das reações dos respondentes. **Inf. & Soc.:** est., João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 29-48, dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/19963>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 2002.

**CONSERVADOR, O.** Desterro, 31. jul. 1855.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1997.

**CORREIO CATHARINENSE, O.** Desterro, 20. set. 1854.

\_\_\_\_\_. Desterro, 22. Nov. 1854.

COUTINHO, João José. **Falla** que o presidente da Província de Santa Catarina dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve E C., 1857. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1857.pdf>.

Acesso em: 23 ago. 2017.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais.

**Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n.34, p. 42-56, 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p42/22652>>. Acesso em: 28 fev.2018.

ESPÍNDOLA, Priscilla Lüdtke; DUARTE, Evandro Jair. Criação de uma proposta de critérios de seleção para as obras raras da Biblioteca Pública de Santa Catarina: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**.

Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 135-146, jan./jun., 2014. Disponível em:

<[http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/944/pdf\\_94](http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/944/pdf_94)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

**ESTADO, O.** Florianópolis, 9. jan. 1955.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Mário Luiz. Primeiros passos da imprensa catarinense. Rio Grande do Sul, UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/Primeiros%20Passos%20da%20Imprensa%20Catarinense.doc/view>>.

Acesso em: 20. Jan. 2018.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**. Histórico. Florianópolis, [2017]. Disponível em:

<<http://www.fcc.sc.gov.br/bibliotecapublica//pagina/7881/historico>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL) (FBN). **Biblioteca**

**pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

GAUZ, Valeria. **História e historiadores de Brasil colonial, uso de livros raros digitalizados na comunicação científica e a produção do conhecimento, 1995-2009**. 2011. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.



GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, Artmed, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELDE, Rosângela R. Von. Critérios de raridade bibliográfica, conhecer e preservar. In: Curso Informativo Sobre Preservação de Coleções Bibliográficas e Documentais, 17., 2014, Rio de Janeiro. **Apresentação em power point**. 75 slides. Disponível em: <[https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-bibliografica-conhecer-preservar/criterios\\_de\\_raridade\\_bibliografica-planor\\_17\\_curso\\_2014.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-bibliografica-conhecer-preservar/criterios_de_raridade_bibliografica-planor_17_curso_2014.pdf)>. Acesso em: 7 fev. 2018.

IFLA. **Manifesto da IFLA/ UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em 3 Out. 2016.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 45-73.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 9-17.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 21-44.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 419-476.

LEÃO, E. C. No âmago da linguagem. In: Portella, Eduardo. (Org.). Reflexões sobre o caminho do livro. São Paulo: Editora Moderna/UNESCO, 2003.

LE MOS, Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2015.

LOPES, José Joaquim. Bibliotheca da Província. **Argos da Província de Santa Catarina**. Desterro, 14 jan. 1860.

MACHADO, Alzemi. Liga operária beneficente de Florianópolis: nascimento e morte de uma biblioteca popular. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 139-145, 2001. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/363>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MACHADO, Alzemi. Biblioteca Pública de Santa Catarina: breve relato sobre a sua história. In: Fundação Catarinense de Cultura (Ed.). **Catálogo de jornais catarinenses: 183–2013**. Florianópolis: FCC, 2014. p. 7-15.

MACHADO, César do Canto. **Biblioteca Pública de Santa Catarina: 153 anos de história**. Florianópolis: Insular, 2007.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir Jose. Biblioteca pública, entre teoria e prática. **BIBLOS**, [S.l.], v. 29, n. 2, fev. 2015. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/4909>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói, Intertexto, 2006.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Tradução Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELLO, Jose Barbosa. **Síntese histórica do livro**. 2. ed. São Paulo: IBRASA; [Brasília, DF]: INL, 1979.

**MENSAGEIRO, O**. Desterro, 3. nov. 1855.

\_\_\_\_\_. Desterro 7. Maio 1856.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

MILANESI, Luís . **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.

\_\_\_\_\_. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 261 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr., 2007. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463>> Acesso em 18 abr. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; CECATTO, Adriano. Desafios para a biblioteca pública no processo de planejamento da formação e desenvolvimento do acervo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 15-26, jan. 2017. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p15>>. Acesso em: 26 abr. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n48p15>. MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2006.

\_\_\_\_\_. **O bibliófilo aprendiz**. 4. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2005.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Bibliotecas, ancoradouros seguros? **Revista Investigações**, v. 28, n. 1, jan. , p. 1-19, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1087>> Acesso em: 1 maio 2018.

MOTTA, Neide de Oliveira. **Obras raras: realidade catarinense**. [Florianópolis], 1989. [6] f. [Datilografado].

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. In: **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29.

OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen. **Planejamento e prioridades**. 2. ed. Rio de Janeiro. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. 29 p. (Conservação preventiva em bibliotecas e arquivos; 30-32).

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PACHECO, Anita Dolores Poeta Fermino. **Proposta de trabalho para 1988**. Florianópolis, 1987, [2] f. [Datilografado].

PEDRO, Joana Maria. **Nas Tramas entre o Público e o Privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1995.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. **História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais**. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

\_\_\_\_\_. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Orgs.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen\\_e%20book.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Glossário de Codicologia e Documentação. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, v. 115, p. 123-213, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas**. Revista Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, UFRGS, v. 5, p. 45-50, jan./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1989.

PLANOR. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/>>. Acesso em: 1 maio 2017.

PLANOR: Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. **Critérios de raridade empregados para qualificação de obras raras**. Rio de Janeiro: PLANOR, 2006. Disponível em: <[www.bn.br/planor](http://www.bn.br/planor)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

PRANDINI, Paola. **Cruz e Sousa: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em: <<http://www.faatensino.com.br/wpcontent/uploads/2014/11/2.1-E-book- Metodologia-doTrabalho-Cientifico-2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA (Estado). Legislação (1854). Lei nº 373, de 31 de maio de 1854. **Leis Provinciais**: Biblioteca Pública do Estado. Desterro, SC.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e memória**. v. 10, n. 1, p. 68-83, jun. 2014. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/424/724>> Acesso em: 1 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11.074**, de 11 de junho de 1999. Institui o depósito legal de obras impressas, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: ALESC, 1999. Disponível em: <[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1999/11074\\_1999\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1999/11074_1999_lei.html)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SANTA CATARINA. **Relatório do presidente da província João José Coutinho apresentado à Assembléia legislativa**, em março de 1855. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina). Acesso em: 23 ago. 2017.

SANTA CATARINA. **Relatório do presidente da província João José Coutinho apresentado à Assembléia Legislativa**, em março de 1857. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina). Acesso em: 23 ago. 2017.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592>>. Acesso em: 3 out. 2016.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SANTOS, Renata Ferreira dos. **A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica**. Belo Horizonte, 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SCHMIDT, Leonete Luzia; SCHFASCHEK, Rosicler; SCHARDONG, Rosmeri. **A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SCHROEDER, Rosilda. **Setor de Obras raras**. [Florianópolis], [1998?]. 4 f. [Datilografado].

SILVA, Fernando. **Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 67-86, nov. 2010. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1102>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SUAIDEN, E. J. Uma visão retrospectiva. In: **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA; Brasília: INL, 1980. p. 5-12.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

UNIVERSITY OF GLASGOW. **What are Special Collections**. Glasgow, UK: University of Glasgow, Special Collections, [2012?]. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/services/specialcollections/whatarespecialcollections/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 2, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VIEIRA, F. M. **Biblioteca Pública**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Candido de Oliveira Ramos, Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura e interino do Interior e Justiça. Florianópolis: Estado de Santa Catarina, 1931.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – LISTA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS (continua)

	ESTADO	NOME DA BIBLIOTECA	E-MAIL
1	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Padre Trindade	l.nettoo@gmail.com
2	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Elomar de Souza Braga	rejanea.brito@ac.gov.br
3	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Luiz Galvez Rodrigues de Árias	janielenn@hotmail.com
4	ACRE	Biblioteca Pública Estadual	helena.carloni@ac.gov.br
5	ACRE	Biblioteca Pública Juvenal Antunes	
6	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Luíza de Souza Ferreira de Paula	adriano.leandro@yahoo.com.br
7	ACRE	Biblioteca Pública Estadual Ancelmo Marinho Lessa	prof_evandro_dias@hotmail.com
8	ALAGOAS	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos	bpe.alagoas@gmail.com
9	AMAPÁ	Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda	bibpub@fundecap.ap.gov.br
10	AMAZONAS	Biblioteca Pública do Amazonas	
11	AMAZONAS	Biblioteca Pública Estadual de Silves	bpublica@culturamazonas.com.gov.br
12	BAHIA	Biblioteca Pública Estadual da Bahia	bpeb.fpc@fpc.ba.gov.br
13	BAHIA	Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	bjmjrufpc@fpc.ba.gov.br
14	BAHIA	Biblioteca Anísio Teixeira	bat.fpc@fpc.ba.gov.br
15	BAHIA	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	bpta.fpc@fpc.ba.gov.br
16	BAHIA	Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	biml.fpc@fpc.ba.gov.br
17	BAHIA	Biblioteca de Extensão	bibex.fpc@fpc.ba.gov.br
18	CEARÁ	Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel	enide@secult.ce.gov.br
19	ESPÍRITO SANTO	Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha	sebp@secult.es.gov.br
20	GOIÁS	Biblioteca Pública Estadual Pio Vargas	



**APÊNDICE A – LISTA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS (continua)**

21	MARANHÃO	Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite	bpbl@cultura.ma.gov.br
22	MINAS GERAIS	Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	bibliotecapublica.sub@cultura.mg.gov.br
23	MATO GROSSO	Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça	bibliotecaestadual@cultura.mt.gov.br
24	MATO GROSSO DO SUL	Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim	fcmspatrimonio@net.ms.gov.br
25	PARÁ	Biblioteca Pública Arthur Vianna	biblioteca.fcptn@prodepa.gov.br
26	PARAÍBA	Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista	heleniseoliveira@hotmail.com
27	PARANÁ	Biblioteca Pública Estadual do Paraná	bppgeral@pr.gov.br
28	PERNAMBUCO	Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco	gleyde@educacao.pe.gov.br
29	PIAUÍ	Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwel de Carvalho	cromweldecarvalho@bol.com.br
30	RIO DE JANEIRO	Biblioteca Parque de Niterói	
31	RIO DE JANEIRO	Biblioteca Parque Estadual	bibliotecapublica@bperj.rj.gov.br
32	RIO DE JANEIRO	Biblioteca-Parque de Manguinhos	
33	RIO DE JANEIRO	Biblioteca-Parque da Rocinha	
34	RIO GRANDE DO NORTE	Biblioteca Pública Câmara Cascudo	bpcc.rn@bol.com.br
35	RIO GRANDE DO SUL	Biblioteca Pública Estadual	secdet@pmrizinho.com.br
36	RIO GRANDE DO SUL	Biblioteca Pública Estadual Lígia Beatriz Meurer	smicroca@gmail.com
37	RONDÔNIA	Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto	chaviense@bol.com.br
38	RORAIMA	Biblioteca Pública Estadual de Roraima	biblpublica@osite.com.br
39	SANTA CATARINA	Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina	biblio@fcc.sc.gov.br
40	SÃO PAULO	Biblioteca de São Paulo	biblioteca@divbibliotecas.sp.gov.br
41	SERGIPE	Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dórea	biblioteca.publica@cultura.se.gov.br

**APÊNDICE A – LISTA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS (conclusão)**

42	SERGIPE	Biblioteca Pública Infantil Aglaré d'Ávila Fontes	biblioteca.publica@cultura.se.gov .br
43	TOCANTINS	Biblioteca Pública Estadual Darcy Cardeal	

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

### Pesquisa de Mestrado

Universidade do Estado de Santa Catarina  
 Centro de Ciências Humana e da Educação  
 Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação

Prezado(a) Senhor(a),  
 Desde já agradecemos por sua colaboração. Solicitamos a gentileza de ler na íntegra esta apresentação.

Este questionário é o instrumento de coleta de dados da minha dissertação de mestrado intitulada Critérios de raridade bibliográfica para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina da Biblioteca Pública do Estado, que verificará os critérios de raridade adotados por bibliotecas públicas estaduais brasileiras, tendo como objetivo: Propor critérios de raridade bibliográfica para o acervo da Coleção Obras Raras de Santa Catarina, disponível na Biblioteca Pública do Estado.

Reiteramos nosso agradecimento por você se dispor a dar essa contribuição tão importante para a continuidade da pesquisa.

\*Obrigatório

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Suas respostas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e tratadas com a mais absoluta confidencialidade. Esclarecemos ainda que sua colaboração será espontânea, de modo que não haverá ônus de sua parte, assim como não lhe será concedida remuneração.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: a estudante de mestrado Janaina Schweitzer e o professor orientador Dr. José Claudio Morelli Matos.

A qualquer momento, o participante poderá fazer perguntas à pesquisadora, que têm a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Janaina Schweitzer NÚMERO DO TELEFONE: (48) 99131-5866. Caso deseje, pode também contatar o comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UESCAv. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901. Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: [cepsh.reitoria@udesc.br](mailto:cepsh.reitoria@udesc.br) / [cepsh.udesc@gmail.com](mailto:cepsh.udesc@gmail.com)

CONEP- Comissão Nacional de Ética em PesquisaSEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

Você concorda em participar desta pesquisa? \*

- (     ) SIM  
 (     ) NÃO

### Critérios de Raridade Bibliográfica

Nome da biblioteca (Opcional)

 A rectangular text input field with a light gray border. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically. On the bottom left and bottom right corners, there are small square buttons with left and right arrow symbols, respectively.


1. A biblioteca possui acervo de Obras Raras?

- (      ) SIM  
(      ) NÃO

2. A biblioteca possui critérios para identificação das Obras Raras?

- (      ) SIM  
(      ) NÃO

3. Se a resposta anterior foi Sim: quais são os critérios de raridade adotados pela biblioteca?



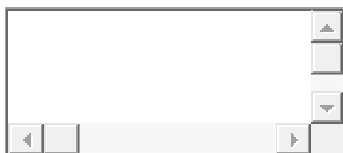
4. Como foram elaborados esses critérios? Foram baseados em outras instituições?



5. A biblioteca possui alguma Coleção destinada à preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica do Estado ou Município?

- (      ) SIM  
(      ) NÃO

6. Se a resposta anterior foi Sim: quais são os critérios utilizados para caracterizar essa coleção?



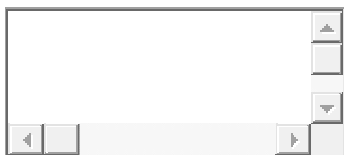
7. Como foram elaborados esses critérios? Foram baseados em outras instituições? (Favor especificar as fontes: pessoas/instituições/literatura que serviram de base para a definição dos critérios).



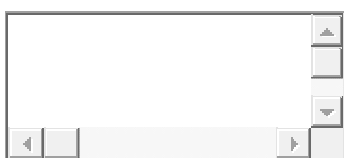
8. Existe alguma documentação que oficializa os critérios de raridade na instituição?

- (      ) SIM  
(      ) NÃO

9. Que tipo de documentação (lista, resolução, regimento, documento interno)?



Por fim, solicitamos a gentileza de nos encaminhar por email: [obrararapesquisamestrado@gmail.com](mailto:obrararapesquisamestrado@gmail.com) o documento, a lista ou a resolução que contém as informações referentes aos critérios de raridade bibliográfica adotados por esta biblioteca.



**ANTERIOR**

**SUBMETER**

**APÊNDICE C – Ficha de descrição da coleção**

Localização atual:				
Referência bibliográfica:				
Idioma:		Nº. de Registro:		Nº. de chamada
Estado de conservação:		<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim
Capa:	<input type="checkbox"/> Papel	<input type="checkbox"/> Couro	<input type="checkbox"/> Tecido	<input type="checkbox"/> Outra
Critérios observados:				
<input type="checkbox"/> Marcas extrínsecas da obra: exemplares com anotações manuscritas de importância - incluindo dedicatórias				
<input type="checkbox"/> Livros com tiragens especiais, muitas vezes numeradas				
<input type="checkbox"/> Livros em destaque pela materialidade (impressão, formato, encadernação, entre outros)				
<input type="checkbox"/> Livros impressos em Santa Catarina há 100 anos ou mais				
<input type="checkbox"/> Livros que se configuram como “incunábulo locais”				
<input type="checkbox"/> Valor histórico do livro para o estado de Santa Catarina				

Foto do livro:

## ANEXOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CRITÉRIOS DE RARIDADE BIBLIOGRÁFICA PARA A COLEÇÃO DE OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA, DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

**Pesquisador:** JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79515717.7.0000.0118

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.390.034

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "CRITÉRIOS DE RARIDADE BIBLIOGRÁFICA PARA A COLEÇÃO: OBRAS RARAS DE SANTA CATARINA, DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO" tem como pesquisadora responsável, a aluna do mestrado profissional PPGINFO / FAED / UDESC, JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER.

"Procura estabelecer critérios de raridade bibliográfica para a Coleção Obras Raras de Santa Catarina, da Biblioteca Pública do Estado (BPSC). Parte da consideração do papel social da biblioteca, e especialmente, das bibliotecas públicas e sua função específica de preservação da memória social e cultural da comunidade a que atende. Discute a carência no Brasil de critérios claros de raridade com que as bibliotecas públicas possam contar. Examina o Plano Nacional de obras raras e as teorias disponíveis no Brasil, especialmente Pinheiro (1989). Com o objetivo de conhecer os critérios de raridade bibliográfica, utilizados pelas Bibliotecas Públicas Estaduais brasileiras, será feita uma pesquisa por meio de questionário. Visa a elaboração de um documento, na forma de manual técnico, como o produto final da pesquisa. Este manual poderá orientar profissionais da BPSC na classificação, avaliação e guarda dos livros componentes da Coleção Obras Raras de Santa Catarina." O universo da pesquisa será constituído por 43 gestores de Bibliotecas Públicas Estaduais. A relação das Bibliotecas Públicas Estaduais bem com os seus respectivos email's foram obtidos por meio da página, na internet, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Os dados coletados serão analisados por meio da "análise documental" que segundo Bardin (2011, p. 51) é "[...] uma operação ou um conjunto de operações visando

**Endereço:** Av. Madre Benvenuta, 2007

**Bairro:** Itacorubi

**CEP:** 88.035-001

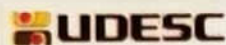
**UF:** SC

**Município:** FLORIANOPOLIS

**Telefone:** (48)3664-8084

**Fax:** (48)3664-8084

**E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.390.034

representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência." Como o envio dos questionários serão on line, junto com eles será enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por se tratar de questionário online, a devolutiva do questionário será o aceite para participar da pesquisa.

Os critério de Inclusão são: Todas as Bibliotecas Públicas Estaduais cadastradas no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e que possuam endereço de correio eletrônico (email). Já o critério de exclusão consiste em Bibliotecas públicas que não possuem endereço de correio eletrônico e a Biblioteca Pública de Santa Catarina porque é a biblioteca na qual será aplicado o resultado da pesquisa.

O Cronograma de entrevista está previsto para novembro de 2017 e o término da pesquisa para Julho de 2018. A pesquisa não possui custos financeiros, segundo o orçamento apresentado.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário: Propor critérios de raridade bibliográfica para o acervo da Coleção Obras Raras de Santa Catarina, disponível na Biblioteca Pública do Estado.

#### **Objetivos Secundários:**

- a) Identificar na literatura conceitos e características de critérios de raridade bibliográfica;
- b) Pesquisar os critérios de raridade bibliográfica utilizados por bibliotecas públicas estaduais que possuem obras raras em seu acervo;
- c) Formular diretrizes, atendendo a realidade da instituição, para contribuir com a identificação das Obras Raras de Santa Catarina, existentes no acervo da BPSC e/ou das obras que poderão ser adquiridas futuramente;
- d) Propor um instrumento técnico normalizador para qualificar esse acervo.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: "OS riscos da pesquisa são mínimos por envolver apenas a resposta ao questionário online. Ainda assim, os riscos possíveis de ocorrer são a manifestação de embaraço ou constrangimento ao responder o questionário, ou ainda desgaste no raciocínio ao preencher o instrumento de pesquisa, o que pode demandar tempo no entendimento das questões, situações nas quais o participante poderá interromper ou desistir de participar. Para minimizar os riscos, as perguntas

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: copsh.udesc@gmail.com





UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.390.034

do questionário serão elaboradas cautelosamente, e o participante poderá interromper a etapa das repostas sempre que julgar necessário\*

**Benefícios:** Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando a compreensão de como são elaborados os critérios de raridade bibliográfica adotados pelas bibliotecas públicas estaduais e promover uma reflexão sobre a importância de se estudar raridade bibliográfica.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto está bem escrito e estruturado, o que facilita sua análise ética.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Documentos apresentados:

TCLE;  
Projeto detalhado;  
Folha de rosto datada e assinada;  
Projeto básico;  
Cronograma;  
Questionário.

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram identificadas pendências e o projeto atende aos preceitos éticos estabelecidos pelas resoluções específicas vigente. Portanto, PROJETO APROVADO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado APROVA o Projeto de Pesquisa e informa que, qualquer alteração necessária ao planejamento e desenvolvimento do Protocolo Aprovado ou cronograma final, seja comunicada ao CEPESH via Plataforma Brasil na forma de EMENDA, para análise sendo que para a execução deverá ser aguardada aprovação final do CEPESH. A ocorrência de situações adversas durante a execução da pesquisa deverá ser comunicada imediatamente ao CEPESH via Plataforma Brasil, na forma de NOTIFICAÇÃO. Em não havendo alterações ao Protocolo Aprovado e/ou situações adversas

Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

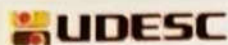
UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: copsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.390.034

durante a execução, deverá ser encaminhado RELATÓRIO FINAL ao CEPESH via Plataforma Brasil até 60 dias da data final definida no cronograma, para análise e aprovação.

Lembramos ainda, que o participante da pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, bem como o pesquisador responsável, deverão rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1007929.pdf	13/10/2017 18:00:02		Aceito
Brochura Pesquisa	Questionario.docx	13/10/2017 17:58:42	JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	13/10/2017 17:55:02	JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	13/10/2017 17:52:40	JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	13/10/2017 17:50:25	JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	13/10/2017 17:33:24	JANAINA DOS SANTOS SCHWEITZER	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.390.034

FLORIANOPOLIS, 21 de Novembro de 2017

---

**Assinado por:**  
**Renan Thiago Campestrini**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Madre Benvenuta, 2007  
**Bairro:** Itacorubi **Município:** FLORIANOPOLIS **CEP:** 88.035-001  
**UF:** SC  
**Telefone:** (48)3664-8084 **Fax:** (48)3664-8084 **E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com